

**Princípios para
Responsabilidade Bancária**
Guia para bancos



Principles for
Responsible Banking

Definição de metas relacionadas à natureza



Isenção de responsabilidade

O conteúdo deste Guia não constitui aconselhamento aos membros dos Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB). Além disso, quaisquer opiniões expressas neste documento não necessariamente representam as opiniões individuais de cada membro, incluindo aqueles do Grupo de Trabalho (GT) que auxiliaram na preparação do guia. A participação no Grupo de Trabalho para Definição de Metas Relacionadas à Natureza não implica no compromisso de definir metas relacionadas à natureza e não deve vincular os membros do GT de forma alguma, nem deve ser interpretada como uma forma de ação coletiva. Este Guia representa recomendações de melhores práticas e não é prescritivo quanto às ações ou decisões a serem tomadas pelos membros, inclusive quando e como se espera que eles abordem os impactos e os riscos relacionados à natureza. Os membros definem e implementam suas próprias metas, compromissos, estratégias e políticas, conforme orientado por suas atividades comerciais, análises e contexto nacional. A escolha de adotar determinadas diretrizes, ferramentas de melhores práticas ou ações fica a critério de cada membro. Quaisquer menções a marcos de referência ou organizações externas não devem ser consideradas como um endosso dessas organizações ou de seu trabalho.

Agradecimentos

Às autoras principais da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): Jessica Smith, Oualid Rokneddine, Johanna Dichtl, Careen Abb, Camille Maclet, Kavita Sachwani, Alexander Stopp e Romie Goedcke.

Este Guia baseia-se nas discussões e no trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho para Definição de Metas Relacionadas à Natureza dos PRB.



Gostaríamos de agradecer a participação ativa e as contribuições feitas pelas seguintes organizações: Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Finance for Biodiversity Foundation, Rede de Metas Baseadas na Ciência (SBTN, na sigla em inglês), a Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza (TNFD, na sigla em inglês) e o Centro de Monitoramento da Conservação Mundial do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-WCMC, na sigla em inglês).



Também gostaríamos de reconhecer o papel ativo dos colíderes do Grupo de Trabalho: Judson Berkey, Diretor do Escritório Chefe de Sustentabilidade do UBS; Thao Fabregas, Chefe de Estratégia Ambiental, Capital Natural e Biodiversidade do Crédit Agricole S.A.; e Garima Chitkara, Vice-Presidente de Transição Net-Zero do First Abu Dhabi Bank (FAB).

A tradução para o português deste guia foi realizada pela ERM NINT em maio de 2024.

1. Contents

Escopo das atividades financeiras cobertas pelo Guia	v
Resumo executivo	vi
1. Natureza para bancos	1
2. Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal	5
3. Marco de referência dos PRB para definição de metas relacionadas à natureza	9
3.1 Teoria da mudança relacionada à natureza para bancos	9
3.2 Definição de metas dos PRB no contexto do Marco Global da Biodiversidade	11
3.3 Abordagem progressiva para definição de metas dos PRB	12
4. Fundamentos para a definição de metas	13
4.1 Avaliação dos impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza (meta 15 do Marco Global da Biodiversidade)	13
4.2 Mapeamento da exposição a setores prioritários	20
5. Passo a passo para definição de metas	21
5.1 Alinhamento com o Marco Global da Biodiversidade, planos e estratégias nacionais e marcos e políticas regionais	21
5.2 Integração da natureza nas práticas e processos	25
6. Exemplos hipotéticos de metas	47
7. Relatórios e transparência	51
Relatórios sobre impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza.....	51
Principais métricas para relatórios e divulgação sobre impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza	52
Referências.....	54
Anexo.....	57

Suplementos (em inglês)

- [1. Lista de setores-chave relacionados à natureza e orientações para a ação](#)
- [2. Estudos de caso relacionados à natureza](#)

Escopo das atividades financeiras cobertas pelo Guia

Todas as 1) atividades de empréstimo, 2) atividades de investimento dentro ou fora do balanço patrimonial e 3) atividades de mercado de capitais. Quando as entidades de um banco ou da estrutura do grupo realizam outros tipos de negócios, como seguros, fundos de pensão ou gestão de recursos, pode ser apropriado que essas instituições também considerem marcos de referência alternativos, como a que está sendo desenvolvida para gestores e proprietários de ativos pela Finance for Biodiversity Foundation.

Resumo executivo

Este Guia auxilia os bancos na tomada de medidas—por meio de metas cobrindo toda a carteira e outros esforços - em apoio aos objetivos políticos estabelecidos pelo Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF, na sigla em inglês). O GBF, assinado por mais de 190 países, exige um compromisso global dos governos e de todos os atores da sociedade para tomar medidas urgentes e significativas com o intuito de deter e reverter a perda de natureza até 2030, promover o uso sustentável e equitativo da natureza e alcançar uma visão de vida em harmonia com a natureza até 2050. Assim como o Acordo de Paris, o Marco Global da Biodiversidade convoca todos os atores, inclusive as instituições financeiras, a alinharem suas estratégias de negócios e fluxos financeiros com essa missão para 2030 e visão para 2050. Isso inclui a ambição de transformar os fluxos financeiros globais, saindo de uma perspectiva atual com resultados negativos para a natureza e partindo para resultados positivos em relação a ela.¹

Como grandes financiadores da atividade econômica, os bancos devem estar na vanguarda da transformação dos fluxos financeiros para incentivar a ampliação da natureza, ao invés da perda dela. Os bancos têm um papel fundamental a desempenhar para atingir as 23 metas que sustentam os objetivos especificados no GBF, em parte devido às suas atividades em setores de alto impacto, aos seus altos níveis de financiamento em mercados emergentes e ao seu poder de direcionar fluxos financeiros para atividades positivas para a natureza. Mais da metade da geração de valor econômico global, cerca de US\$ 58 trilhões, é moderada ou altamente dependente da natureza (PwC, 2023)—o que leva os bancos centrais e os supervisores financeiros de diversos países em todo o mundo a reconhecer que a degradação da natureza e as ações destinadas a preservá-la e restaurá-la podem ter consequências macroeconômicas, macroprudenciais e microprudenciais relevantes (NGFS, 2023)

Reconhecendo a importância do tema para os bancos, este Guia foi desenvolvido em conjunto com 34 signatários dos Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB) de todo o mundo. Atualmente, os PRB representam quase metade dos ativos bancários do mundo e trata-se de uma comunidade de bancos que reconhece a importância de avaliar e gerenciar riscos, impactos e oportunidades relacionados à natureza a

1 O termo "positivo para a natureza" não está definido no Marco Global da Biodiversidade. Portanto, esse termo é usado neste Guia de forma ampla para se referir a ações que reduzem os riscos e impactos negativos relacionados à natureza e promovem impactos positivos na natureza. Uma "Iniciativa Positiva para a Natureza" foi lançada em setembro de 2023, com o apoio das principais organizações não governamentais e iniciativas empresariais, para desenvolver alinhamento sobre o conceito e promover a integridade e a implementação de uma Meta Global para a Natureza. A iniciativa apoia a implementação do GBF, com o objetivo de promover o alinhamento em torno da definição, integridade e uso do termo "positivo para a natureza" e apoiar esforços mais amplos e de longo prazo para obter resultados, de fato, positivos para a natureza.

fim de apoiar a sustentabilidade e a resiliência de seus negócios. Os signatários dos PRB incluem uma ampla gama de tipos de bancos (bancos múltiplos, de varejo, de investimento, de desenvolvimento, cooperativas de crédito, gestão de patrimônio etc.) e, dentro de cada um deles, uma variedade de atividades bancárias em diferentes setores e contextos geográficos, econômicos e políticos. A definição de metas para a natureza é complexa e, ao mesmo tempo, urgente.

Este Guia descreve as principais etapas para a definição de metas de prática relacionadas à natureza. Para começar, os bancos precisam avaliar sua exposição a impactos e dependências, riscos e oportunidades relacionados à natureza. Este documento descreve ferramentas e abordagens disponíveis para tanto. Isso inclui menções a outros marcos de referência e guias, bem como uma abordagem passo a passo, de acordo com as recomendações de divulgação da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza (TNFD, na sigla em inglês) e da abordagem LEAP (Locate, Evaluate, Assess, Prepare). Em seguida, são fornecidas orientações para mapear a exposição a setores econômicos de alto impacto, chamados "setores prioritários". Posteriormente, são fornecidas orientações detalhadas para que os bancos possam:

- a. Compreender o contexto e alinhar-se ao GBF e a outros marcos de referência e políticas regionais, como os planos de implementação das Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) de seus países.
- b. Integrar a natureza em suas práticas e processos, inclusive:
 - c. Integrate nature within their practices and processes, including:
 - i. Integração de considerações relacionadas à natureza na organização por meio de políticas, processos, capacitação, cultura e governança;
 - ii. Engajamento com os clientes para ajudá-los a considerar a natureza em seus negócios;
 - iii. Mobilização de recursos financeiros para direcionar mais capital para a natureza;
 - iv. Engajamento em advocacy e desenvolvimento de parcerias que incentivem uma transição mais ampla para atividades positivas para a natureza

Para cada ação, de I a IV, o guia fornece ações recomendadas e exemplos de metas, incluindo as metas principais, quando relevante. No final desta seção, são fornecidas metas hipotéticas e estudos de caso para servir de inspiração para os bancos desenvolverem suas próprias metas.

Este documento orienta os bancos a definirem metas relacionadas à natureza, seguindo a abordagem progressiva desenvolvida pelos PRB para a definição das mesmas. A natureza é uma área de impacto emergente em termos de ferramentas e metodologias disponíveis. A falta de caminhos setoriais robustos e com base científica sobre o tema, a disponibilidade limitada de dados no nível do emissor e a falta de uma métrica universal para medir aspectos ambientais, entre outros desafios, exigem que os bancos adotem uma abordagem gradual e pragmática para estabelecer metas relacionadas à natureza. Esse Guia, portanto, não é prescritivo e adotou uma rota flexível para a definição de metas, priorizando, na medida do possível, as metas e métricas dos próprios países. Ela considera o fato de que alguns bancos já fizeram progressos significativos na gestão dos riscos e impactos relacionados ao clima e,

por vezes, em relação à natureza. Mas também reconhece que outros bancos, nos mais diversos mercados, ainda estão no início dessa jornada e que todos os países estão atualizando suas EPANB após a aprovação do GBF em 2022. O Guia fornece um conjunto de modelos de metas projetadas para serem ajustadas e aprimoradas ao longo do tempo, à medida que mais bancos adquirirem experiência com esse tópico.

A dimensão e a complexidade da integração da natureza no setor bancário exigem ações urgentes e progressivas por parte dos bancos. Todavia, isso nunca deve justificar o enfraquecimento da ambição. Em vez disso, as ações precisam ser adaptadas de forma eficaz às diversas circunstâncias às quais estão sujeitos os bancos em todo o mundo. Por exemplo, em países de baixa renda, os bancos alocam, em média, 55% dos empréstimos a empresas sujeitas a possíveis perdas financeiras devido à deterioração dos serviços ecossistêmicos (Banco Mundial, 2023). Nesse caso, uma abordagem baseada em risco seria mais apropriada. Além disso, os bancos devem ser modestos em relação às suas reais contribuições positivas para a natureza - a realidade é que o investimento "verde" representa apenas uma fração pequena da atividade financiada atualmente, consequentemente deixando uma margem significativa para a ambição, inovação e mudança tangível em direção a um sistema bancário positivo para a natureza.

O Guia atual foi desenvolvido com o apoio das principais organizações e iniciativas que atuam no âmbito do financiamento da natureza, para garantir o alinhamento entre os marcos de referência emergentes e outros agentes financeiros, em particular os investidores. À medida que a prática evolui, a Iniciativa Financeira do PNUMA (UNEP FI) e os PRB continuam comprometidos em trabalhar com parceiros e com outros setores das finanças para apoiar abordagens conjuntas que permitam que a transformação dos fluxos financeiros o mais rápido possível. A urgência e a importância da questão exigem uma forte colaboração.

Trabalho dos PRB sobre a natureza

A Iniciativa Financeira do PNUMA tem o compromisso de engajar o setor financeiro na implementação dos principais acordos de sustentabilidade da ONU, como é o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal para a natureza e para a biodiversidade (equivalente ao Acordo Climático de Paris para o clima). Esse Guia se concentra na definição de metas relacionadas à natureza em nível de carteira para bancos, incluindo a água doce, as florestas e os oceanos, e representa uma expansão do escopo do anterior dos PRB, que se limitava à biodiversidade.

O conceito de alinhamento da carteira dos bancos refere-se ao grau de alinhamento de suas atividades financiadas, em todos os tipos de produtos e transações. Em termos gerais, refere-se ao grau em que os fluxos financeiros públicos e privados são consistentes ou inconsistentes com o alcance dos objetivos e metas de impacto do GBF. O conceito de alinhamento de finanças e impacto tem se tornado cada vez mais popular por meio da chamada no artigo 2.1c do Acordo de Paris, que resultou em mais de 550 Instituições Financeiras, com sede em mais de 50 países, assumindo compromissos para alinhar suas carteiras com a limitação do aquecimento global a 1,5°C.²

2 GFANZ. gfanzero.com/about/

As ferramentas de alinhamento são usadas para gerar métricas que determinem o nível geral de alinhamento de uma carteira, também avaliando o desempenho de suas alocações individuais. Esse tipo de abordagem de alinhamento está refletido de forma particularmente forte no Objetivo D do GBF:

“Os meios de implementação adequados, incluindo recursos financeiros, criação de capacidade, cooperação técnica e científica, e acesso à tecnologia e sua transferência, para implementar plenamente o Marco Global de Kunming-Montreal da Diversidade Biológica devem ser assegurados e acessíveis de maneira equitativa a todas as Partes, especialmente aos países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, as pequenas Nações insulares em desenvolvimento, e os países com economias em transição, reduzindo gradualmente o déficit de financiamento da biodiversidade de US\$ 700 bilhões por ano, e harmonizando os fluxos financeiros com o Marco Global de Kunming-Montreal da Diversidade Biológica e com a Visão de Diversidade Biológica para 2050”

O Conselho Bancário da Iniciativa Financeira do PNUMA e o Secretariado dos PRB se comprometem a apoiar os bancos na implementação deste Guia e em um processo de melhoria contínua dos métodos nela contidos, trabalhando com parceiros e partes interessadas para contribuir com a permanência dentro das fronteiras seguras e justas do Sistema Terra.³ A linha do tempo abaixo mostra onde o Guia se encaixa na rápida evolução desse contexto.

³ As fronteiras planetárias são o espaço operacional seguro para a humanidade na Terra, mas 6 dos 9 limites já foram transgredidos (Richardson *et al.*, 2023). As Fronteiras do Sistema Terra se baseiam em e expandem nossa compreensão sobre cinco dos nove Limites Planetários - água doce, ciclagem de nutrientes, biodiversidade, clima e poluição do ar; observando também onde ocorrem danos significativos para os seres humanos em decorrência das mudanças no sistema terrestre e incorporando as necessidades de recursos das pessoas (Rockström *et al.*, 2023).

2021	2022	2023	2024	2025
Lançada a primeira versão do Guia para definição de metas de biodiversidade dos PRB, antecipando o GBF	COP 15 DA CDB DA ONU Marco Global da Biodiversidade	Segunda versão do Guia para definição de metas relacionadas à natureza dos PRB, com foco em metas de prática	Desenvolvimento de uma Rota de Impacto e de guia piloto para definição de metas	Guia atualizado (estimado)
Comunidade de Biodiversidade dos PRB amplia seu envolvimento e conscientização	Escopo dos PRB ampliado para a Natureza	COP 16 DA CDB DA ONU Compartilhamento do progresso dos bancos dos		

Os bancos membros são incentivados a agir agora, usando as orientações deste documento para começar a estabelecer metas de prática relacionadas à natureza, a fim de promover a contribuição do setor bancário para um futuro positivo para a natureza.

Resumo das ações prioritárias recomendadas e metas principais para os signatários dos PRB

A seguir, resumimos as ações recomendadas e as metas ilustrativas apropriadas para serviços bancários. Elas foram desenvolvidas para que os bancos projetem e definam suas próprias metas, compromissos, estratégias e políticas, garantindo que sejam representativas de seus próprios negócios e contexto. Embora nenhuma ação ou meta sugerida seja obrigatória para os bancos, espera-se que os membros, especialmente os maiores e mais avançados, comecem a tomar medidas e a atingir as metas principais como parte de seu compromisso com os Princípios. O Guia continuará sendo desenvolvido com base nos resultados dos membros, na sua experiência de implementação, nos desenvolvimentos em andamento e nos aprendizados do processo de revisão da implementação dos PRB. Um ponto importante é que os bancos devem se familiarizar e apoiar a implementação das EPANB dos seus países, com a mesma consideração que têm em relação às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês) e, idealmente, consoante os respectivos planos de adaptação e resiliência.

Para ajudar os bancos a priorizarem certos esforços, algumas ações prioritárias estão identificadas em negrito. Isso ajudará a tomar ações concertadas relacionadas à natureza em todos os seus negócios.

As possíveis metas principais também são identificadas em negrito. Elas ajudarão os bancos a concentrar esforços em seus objetivos iniciais.

Análise da carteira e divulgação (Meta 15 do GBF)

- **Ação prioritária:** Avaliar a exposição da carteira do banco aos impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza, começando pelos setores prioritários identificados. Os bancos devem determinar uma porcentagem de sua carteira para realizar a avaliação inicial e concluir a análise dentro de um prazo viável, porém ambicioso. A análise da carteira para impactos e dependências relacionados à natureza, além dos riscos e oportunidades, em setores prioritários identificados ajudará a trazer percepções iniciais sobre possíveis “pontos críticos” nas suas atividades, com base em exposições setoriais e geográficas e áreas que demandam análise mais profunda. Essas informações serão cruciais nos processos de definição de metas e gerenciamento de riscos.
- **Ação prioritária:** Analisar uma porcentagem significativa de clientes em setores prioritários quanto a seus impactos e dependências relacionados à natureza e, consequentemente, quanto aos riscos e oportunidades que surgem tanto para o cliente/empresa quanto para o banco. Isso deve ajudar a evidenciar (i) contrapartes ou clientes individuais que possam estar operando dentro ou nas proximidades de áreas críticas para a biodiversidade, deixando nítidos seus fatores de pressão/impacto, e (ii) partes interessadas, inclusive povos indígenas e comunidades locais que detêm direitos, habitam e/ou dependem de áreas onde as contrapartes ou clientes operam. Essas entidades devem abordadas nos processos de engajamento do cliente.
- **Ação prioritária:** Elaborar, progressivamente, relatórios de acordo com as recomendações da TNFD, inclusive sobre os principais indicadores para divulgação da Força Tarefa. Isso inclui todos os principais indicadores globais de divulgação de riscos e oportunidades fornecidos no Anexo 1 (tabela 7) das recomendações. Os bancos também são incentivados, sempre que possível, a divulgar os principais indicadores globais de dependência e impacto de suas carteiras (ao menos para as carteiras de empréstimos, conforme o mesmo Anexo 1⁴). Dadas as atuais limitações de dados para o relato relativo às carteiras das instituições financeiras, a Força Tarefa propõe uma adaptação da arquitetura das métricas dos indicadores de divulgação.

As métricas de impacto e de dependência específicas das IFs, definidas quando se

⁴ Consulte as recomendações da TNFD e as métricas de divulgação em detalhe em: tnfd.global/recommendations-of-the-tnfd/ As organizações que testaram a versão piloto do guia da TNFD mostraram que era possível avaliar as dependências e os impactos das atividades financiadas. Exemplos são fornecidos no Anexo 2 do guia para instituições financeiras e no guia para a abordagem LEAP.

aplicam limitações de dados, são as seguintes:⁵

1. Exposição a um conjunto definido de setores com dependências e impactos materiais relacionados à natureza (em valor absoluto ou porcentagem do volume de empréstimos)
 2. Exposição a empresas com atividades em locais sensíveis/críticos (em valor absoluto ou porcentagem do volume de empréstimos)
- **Os bancos devem lembrar-se** que a fonte mais importante de indicadores chave de desempenho (KPIs, na sigla em inglês) e métricas de impacto encontra-se nas EPANB dos países.

Políticas e processos (incluindo devida diligência) (Todas as metas do GBF, especialmente 1 e 14)

- **Meta principal:** Desenvolver (ou atualizar, caso já exista) e implementar políticas, sistemas de gerenciamento de riscos e processos de devida diligência para **todos os setores e atividades específicas nos quais se identifica alto impacto para a natureza**.⁶ Essas políticas podem incluir cláusulas sobre quando certos negócios (em nível de cliente ou de transação) não ocorrerão ou em quais casos será necessário realizar devidas diligências adicionais, seguindo diretrizes reconhecidas.

Capacitação, cultura e governança (Metas 14 e 21 do GBF)

- **Ação prioritária:** Desenvolver uma estratégia relacionada à natureza para que o tema seja explicitamente incorporado na estratégia geral de sustentabilidade do banco.
- **Ação prioritária:** Elaborar uma declaração pública sobre a abordagem do banco em relação à natureza.
- **Meta adicional:** Treinar [XX]% da equipe sobre as causas e consequências da crise global de perda de natureza, sobre como o setor financeiro contribui para essa perda por meio de atividades financiadas e os tipos de ações que podem ser tomadas para reduzir os riscos e impactos e, assim, aumentar os resultados positivos de acordo com as políticas internacionais e as regulamentações aplicáveis. Além disso, buscar treinar mais detalhadamente [XX]% das equipes de relacionamento com cliente, sustentabilidade e riscos sobre outros marcos de referência, padrões e regulamentações emergentes – por exemplo, da TNFD, do Grupo Consultivo Europeu em matéria de Informação Financeira (EFRAG, na sigla em inglês), e do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB, na sigla em inglês) – bem como sobre dados, ferramentas, métricas e metodologias relacionados à natureza.

5 Consulte a orientação adicional da TNFD para instituições financeiras em nfd.global/wp-content/uploads/2023/08/Guidance_for_Financial_Institutions_v1.pdf?v=1695215983

6 E também setores potencialmente dependentes da natureza, dependendo da estratégia de natureza do banco.

- **Meta adicional:** Realizar [XX] vezes por ano uma discussão com a Diretoria Executiva ou com o Conselho de Administração sobre negócios, estratégias, principais ações, planos, progresso e abordagens disponíveis para compreender e gerenciar proativamente os impactos e dependências relacionados à natureza, além de seus riscos e as oportunidades, dentro do escopo de negócios da instituição.
- **Meta adicional:** Buscar incorporar aspectos relacionados à natureza na política de remuneração da alta administração da organização, inclusive para seus Comitês Executivos e membros do Conselho.

Engajamento dos clientes (Metas 7, 8 e 14 do GBF)

- **Meta principal:** Engajar-se formalmente com os [XX] maiores clientes financiados em setores identificados como prioritários em seus impactos e dependências materiais relacionados à natureza e aos riscos e oportunidades resultantes. O objetivo é incentivá-los a melhorar sua própria gestão de dependências, impactos, riscos e oportunidades relacionados à natureza, reduzindo suas pressões relacionadas à perda de natureza e divulgando métricas relevantes acerca do tema. Essa pode ser uma atividade de desdobramento da ação mencionada acima, referente à análise da carteira.
- **Meta adicional** de abrangência da carteira: Engajar-se com [XX] número ou porcentagem de empresas da carteira, em setores identificados como prioritários, para definir pelo menos uma Meta Baseada na Ciência para um tópico relacionado à natureza e/ou definir um plano de ação para a natureza com base no que é mais importante para a empresa em questão.

Composição da carteira e fluxos financeiros (Objetivo D e Meta 19 do GBF)

- **Meta principal:** Fornecer [XX] milhões/bilhões em volume de empréstimos/facilitação nos mercados de capitais para contribuir para o fechamento da lacuna de financiamento da biodiversidade (conforme definido pelo Objetivo D⁷ do GBF), ou seja, empréstimos a governos e/ou empresas para soluções positivas para a natureza, restauração ou proteção de ecossistemas terrestres e/ou marinhos (conforme detalhado nas metas de 1 a 4 e de 9 a 13 do GBF).
- **Meta principal:** Fornecer [XX] milhões/bilhões em volume de empréstimos/facilitação nos mercados de capitais para o financiamento da transição de clientes em setores identificados como prioritários (por exemplo, através títulos/empréstimos vinculados à sustentabilidade com indicadores chave de desempenho relacionados à natureza definidos para demonstrar e incentivar a redução de impactos negativos).
- **Meta principal:** Uma meta para eliminar gradualmente o financiamento de atividades mais prejudiciais, conforme identificado pelo consenso geral das ciências.

⁷ O GBF estabelece uma meta de US\$ 700 bilhões anuais (Objetivo D), sendo que um mínimo de US\$ 200 bilhões deve vir de recursos financeiros aprimorados em todos os setores (Meta 19), incluindo fontes privadas.

Como último recurso, com base em sua avaliação individual de materialidade, os bancos talvez precisem eliminar gradualmente o financiamento às atividades mais prejudiciais selecionadas. Essa transição precisa ser orientada por uma perspectiva científica sobre a necessidade de reduzir os danos. Embora a eliminação gradual das atividades mais prejudiciais seja necessária do ponto de vista científico, é preciso entender melhor suas consequências para os bancos, especialmente ao lidar com clientes cujos negócios geralmente abrangem uma série de atividades. Em vez de desinvestir totalmente, o engajamento do cliente é uma ferramenta mais prudente, a priori, incentivando uma transição que evite as atividades mais prejudiciais até que sejam desenvolvidas abordagens conceituais mais nítidas para os bancos.

- **Meta adicional:** Alocar [XX] milhões/bilhões em volume ou % do financiamento climático (tanto de mitigação quanto de adaptação) para atividades relacionadas à natureza.
- **Lembrete:** As EPANB (que estão sendo revisados agora) e os Planos de Financiamento da Biodiversidade (em desenvolvimento na maioria dos países) são uma fonte importante de oportunidades de financiamento vinculadas às metas do Marco Global da Biodiversidade, especialmente de 1 a 13.

Advocacy e parcerias, engajamento das partes interessadas (Metas 14, 20 e 21 do GBF)

- **Ação prioritária:** Engajar-se com os formuladores de políticas para fornecer insu-
mos à medida que eles desenvolvem/revisam e implementam suas EPANB e seus
Planos Nacionais de Financiamento da Biodiversidade a fim de apoiar planos de
ação e políticas financeiras ambiciosas, transformadoras e pragmáticas, com o
intuito de impulsionar os fluxos financeiros e a mobilização de recursos e, assim,
atender à visão, aos objetivos e às metas do GBF. Esse engajamento pode se mate-
rializar por meio de associações e coalizões do setor financeiro.
- **Ação adicional:** Considerando o importante papel das mulheres, dos Povos Indí-
genas e das Comunidades Locais na gestão bem-sucedida da biodiversidade e dos
ecossistemas, busque o engajamento ativo com essas comunidades para deter-
minar como refletir suas preocupações em relação à natureza nas estratégias
do banco e para vincular de forma mais eficaz as atividades de conservação da
natureza e de gestão de ecossistemas em um determinado contexto. Os bancos
PRB devem procurar promover proativamente soluções lideradas pela comunidade.
- **Ação adicional:** Colaborar proativamente com a sociedade civil, grupos de pesquisa,
institutos, universidades, organizações internacionais e governos (nacionais e subna-
cionais) a fim de apoiar os esforços para melhorar a compreensão dos impactos
e dependências da natureza, e dos riscos e oportunidades relacionados, incluindo
pesquisa científica e provisão de dados.
- **Ação adicional:** Colaborar com pares e provedores de dados para apoiar o desen-
volvimento de dados e métricas relacionados à natureza que tenham robustez
e ampla aceitação e que permitam a identificação e a análise de impactos e
dependências e de riscos e oportunidades relacionados à natureza.

1. Natureza para bancos

Nosso planeta permitiu que a humanidade evoluísse dentro de limites climáticos seguros e ecossistemas produtivos, fornecendo alimentos para comer, água para beber e ar para respirar (Rockström et al., 2009). Toda a nossa atividade econômica está inserida na natureza e depende dela. Embora isso pareça cada vez mais evidente e tenha sido discutido em detalhes pelo [Relatório Dasgupta](#), dentre outros, durante décadas a economia foi concebida como algo separado da natureza. No contexto das consequências crescentes das mudanças climáticas e das taxas de perda de natureza sem precedentes, manter-se dentro de limites seguros e justos do sistema terrestre não é apenas uma questão para cientistas e governos, mas exige uma mudança em nossas economias para modelos circulares, regenerativos e sustentáveis, reduzindo significativamente as atividades que criam impactos negativos e riscos para a natureza e investindo urgentemente no apoio a atividades que restauram, protegem e promovem o uso sustentável da natureza.

Os bancos estão na vanguarda da mudança de incentivos financeiros relacionados à perda de natureza, pois são os principais agentes no financiamento da atividade econômica. Em todo o Sul Global, os bancos alocam cerca de metade de sua carteira total de crédito em empresas cujos negócios são altamente ou muito dependentes de um ou mais serviços ecossistêmicos (Banco Mundial, 2023). Em economias de renda média-baixa, os bancos alocam, em média, 55% dos empréstimos em empresas sujeitas a possíveis perdas financeiras devido à deterioração dos serviços ecossistêmicos. Os países de alta renda também têm níveis notáveis de exposição direta à perda de natureza, com cerca de 45% das carteiras de crédito dos bancos direcionadas a empresas altamente ou muito dependentes de um ou mais serviços ecossistêmicos sujeitos a colapso. Uma [avaliação](#) preliminar feita pelo Banco Central Europeu mostrou que quase 75% de todos os empréstimos bancários na zona do euro são para empresas altamente dependentes de pelo menos um serviço ecossistêmico. Ao mesmo tempo, o endurecimento das condições de crédito para atividades ou localizações de maior risco de perda de biodiversidade poderia ter um impacto significativo nos mercados emergentes (Irvine-Broque e Dempsey, 2023). Isso destaca a necessidade de políticas ambiciosas, ações de supervisão financeira e apoio ao desenvolvimento, inclusive mobilizando a cooperação internacional quando relevante, em apoio à transição para uma economia verde.

É importante ressaltar que os fatores de perda de biodiversidade estão fortemente ligados às atividades econômicas financiadas por bancos, a saber:

Tabela 1: Relevância dos fatores determinantes da perda de biodiversidade⁸ para os bancos

Impulsionador da perda de biodiversidade	Relevância para os bancos e exemplos
Mudanças no uso da terra e do mar	Financiamento fornecido direta e indiretamente para agricultura, aquicultura, silvicultura, imóveis, infraestrutura, mineração e têxteis (por exemplo, empresas de bens de consumo ligadas a alimentos, empresas de construção ligadas à madeira).
Extração de recursos vivos ou não, incluindo água doce, organismos e ecossistemas naturais	Financiamento fornecido direta e indiretamente para pesca, exploração de madeira nobre e produtos farmacêuticos específicos.
Mudanças climáticas	Todas as emissões de gases de efeito estufa financiadas direta e indiretamente.
Poluição	Financiamento fornecido direta e indiretamente a setores com produção significativa de efluentes e resíduos, como mineração e metais, agricultura, petróleo e gás, energia, produtos químicos, manufatura, têxteis, etc.
Espécies invasoras	Financiamento fornecido direta e indiretamente para o transporte e o turismo, especialmente para o transporte marítimo e a mineração.

A exposição dos bancos a riscos relacionados à natureza está aumentando rapidamente: à medida que a degradação da natureza continua, as empresas financiadas sofrerão perdas cada vez maiores e as carteiras de crédito dos bancos ficarão cada vez mais expostas a riscos físicos, incluindo quebras de safra, desastres naturais e escassez de água. Além dos riscos físicos, os riscos de transição também estão aumentando: mudanças na regulamentação e nas políticas para deter e reverter a perda de natureza provavelmente farão com que os negócios prejudiciais deixem de ser lucrativos e introduzirão novos riscos regulatórios (CISL, 2022). Quando os setores são considerados altamente expostos a riscos e impactos relacionados à natureza, os bancos podem estabelecer limites para sua exposição financeira a eles. No entanto, muitos desses setores estão ligados a atividades essenciais, como a produção de alimentos, têxteis e energia. Portanto, é preciso ter o cuidado de trabalhar com os clientes em rotas de transição ao invés de apenas excluir grandes áreas geográficas ou setores-chave.

Esse conexão entre a perda de natureza e o risco econômico, que afeta uma parte muito significativa da geração de valor econômico mundial (WEF, 2022), foi ainda mais enfatizado por análises recentes de bancos centrais que mostram como uma parcela significativa dos títulos detidos por instituições financeiras em países como a França (Banque de France, 2021) e a Holanda (DNB, 2020) vieram de emissores altamente dependentes de serviços ecossistêmicos - ilustrando que os riscos relacionados

⁸ Conforme definido pela Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES, na sigla em inglês).

à natureza não afetam apenas o valor e a resiliência de empresas individuais, mas criam uma ameaça à estabilidade financeira em toda a economia. Isso levou a Rede de Bancos Centrais e Supervisores para Tornar o Sistema Financeiro Verde (NGFS, na sigla em inglês) a publicar recentemente o documento **Conceptual Framework for Nature-related Risks** (NGFS, 2023), para ajudar os reguladores financeiros a entender esses riscos e operacionalizar uma resposta em suas jurisdições.

Os modelos de negócios e o foco setorial dos bancos em todo o mundo variam muito, assim como os tipos de atividades de financiamento que contribuem para a perda de natureza ou apresentam novas oportunidades de financiamento positivo para ela. Deve-se reconhecer que a ligação entre a natureza e o sistema bancário, embora concreta e relevante, ainda é incipiente em termos de como responder à mesma, como medir e monitorar, e ainda não conta com práticas comumente estabelecidas.

Os bancos em diferentes jurisdições têm níveis variados de apetite e capacidade de resposta. Os signatários dos PRB que identificaram a natureza como uma área de impacto prioritário estão sinalizando que reconhecem a importância da mesma para suas carteiras, mas isso significa algo diferente a depender de seus clientes, setores-chave e outros fatores. O argumento para que os bancos ajam em relação à natureza está amadurecendo rapidamente, mas de forma desigual: em muitas jurisdições, e especificamente na UE, não se trata mais de uma questão de liderança voluntária, mas, cada vez mais, de conformidade regulatória. Enquanto isso, em outras jurisdições, os riscos relativos à natureza podem ser altos, mas as respostas regulatórias estão atrasadas ou não funcionam. Com quase todos os países respondendo aos riscos sistêmicos apresentados pelas mudanças climáticas, uma trajetória semelhante deve ser esperada para a perda de biodiversidade. Nesse sentido, os bancos que forem proativos têm maior probabilidade de colher benefícios comerciais, incluindo melhores relacionamentos com reguladores, clientes e outras partes interessadas importantes.

Embora o ponto de “entrada” para a maioria dos bancos a respeito da temática da natureza continue a ser por meio da lente de risco, também há perspectivas a partir das dimensões de impacto e oportunidade:

- **Os bancos são cada vez mais solicitados a identificar, gerenciar e mitigar os impactos negativos de seus financiamentos e contribuir para os impactos positivos.** Os signatários dos PRB, que representam metade dos ativos bancários do mundo, comprometeram-se a definir metas que abordem pelo menos dois dos impactos positivos e negativos mais significativos de seus bancos nesse sentido.
- **Novos produtos, novos clientes.** Prevê-se que as soluções positivas para a natureza criem 10,1 trilhões de dólares em oportunidades de negócios e milhões de novos empregos (WEF, 2020). Espera-se que os bancos incorporem riscos relacionados ao clima e ao meio ambiente como impulsionadores de categorias de risco estabelecidas em seu arcabouço de gerenciamento de risco existente, incluindo a avaliação de riscos físicos e de transição. Como a maioria dos esforços positivos para a natureza contribui para um caminho de transição justa em linha com 1,5°C, os bancos devem considerá-los como estratégias complementares. Em outras palavras,

as soluções baseadas na natureza também podem apoiar diretamente um banco no cumprimento de seus compromissos climáticos existentes. De fato, é improvável que as metas climáticas possam ser atingidas sem ações para restaurar, proteger e promover o uso sustentável e equitativo da natureza. Os objetivos de emissões líquidas zero (*net zero*) e os objetivos positivos para a natureza são mutuamente aprimorados e interdependentes (IPBES-IPCC, 2021).

Consulte o Anexo para obter recursos adicionais e para saber mais sobre o assunto.

Mensagens apropriadas para bancos sobre a natureza

Não é apropriado neste momento: “Nosso banco está (se tornando) positivo para a natureza!”

Apropriado: “Nosso banco apoia a transição para um mundo positivo para a natureza.”

Em mais detalhes: Nosso banco reconhece que grande parte da atividade econômica mundial atualmente degrada a natureza e que os limites seguros e justos do Sistema Terra que mantêm nosso planeta habitável foram ultrapassados ou estão em perigo. Por isso estamos em uma jornada com nossos clientes e partes interessadas, buscando oferecer incentivos para atividades positivas para a natureza e para realizar a transição de atividades prejudiciais aquelas que sejam neutras ou positivas para a natureza, além de compartilhar as lições aprendidas com nossos pares.

2. Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal

A Convenção sobre Diversidade Biológica é um dos três instrumentos globais dedicados à promoção do desenvolvimento sustentável que resultaram da Cúpula da Terra de 1992. Desde o início, a Convenção reconheceu que a diversidade biológica vai além das espécies e dos ecossistemas: trata-se também de sustentar a Terra para as pessoas e atender às nossas necessidades de segurança alimentar, medicamentos, ar, água, abrigo e de um ambiente limpo e saudável para viver. A Convenção tem três objetivos principais:

- a. A conservação da diversidade biológica;
- b. O uso sustentável dos componentes da diversidade biológica;
- c. A repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos.

Até a COP15 e a Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, em 2022, muitas Partes da Convenção lutaram para desenvolver ações concretas e integradas para abordar as causas da perda de biodiversidade, e sua implementação era frequentemente concebida de forma restrita como uma questão de conservação ambiental. Rodadas sucessivas de aprendizado, pesquisa e prática evoluíram a Convenção para um instrumento mais holístico. A teoria da mudança para o Marco Global da Biodiversidade⁹ vai muito mais além, lidando com os fatores que causam a perda de biodiversidade e reconhecendo mais plenamente a contribuição e os direitos dos guardiões da natureza e a consequente necessidade de recompensá-los por seu papel essencial.

O Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) é um acordo no mesmo nível do Acordo Climático de Paris. Ele exige uma resposta considerável das instituições financeiras, inclusive dos bancos. Sua visão de longo prazo é "um mundo de vida em harmonia com a natureza, em que, até 2050, a biodiversidade seja valorizada, conservada, restaurada e usada com sabedoria, mantendo os serviços ecossistêmicos, sustentando um planeta saudável e proporcionando benefícios essenciais para todas as pessoas".

⁹ GBF link.springer.com/article/10.1007/s10531-020-02009-2

Essa visão se baseia em quatro objetivos abrangentes a serem alcançados até 2050 e em uma missão de, até 2030,

"tomar medidas urgentes para interromper e reverter a perda de biodiversidade para colocar a natureza em um caminho de recuperação para o benefício das pessoas e do planeta, conservando e usando de forma sustentável a biodiversidade e garantindo o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios do uso de recursos genéticos, ao mesmo tempo em que fornece os meios necessários de implementação".

Essa missão 2030 é apoiada por 23 metas orientadas para a ação, que, por sua vez, serão traduzidas em políticas de nível nacional por meio de atualizações das EPANB que ocorrerão antes do final de 2024. Para atingir seus objetivos e metas, o GBF enfatiza uma "abordagem de toda a sociedade", incentivando a ação não apenas dos governos, mas também de todos os outros atores sociais, incluindo as instituições financeiras comerciais.

Todas as 23 metas do GBF para 2030 são relevantes para as atividades dos bancos. Elas fornecem um marco de referência para alinhar os fluxos financeiros com os objetivos do GBF. Algumas são direcionadas principalmente às atividades econômicas que afetam negativamente a biodiversidade e a natureza, e outras têm como objetivo criar um ambiente propício para alinhar os fluxos financeiros à proteção da biodiversidade.

O "pacote" do GBF acordado na COP15 também inclui decisões sobre a mobilização de recursos financeiros em apoio à sua implementação, bem como uma decisão sobre o monitoramento da implementação e dos fluxos financeiros. Essas decisões têm relação, respectivamente, com a arquitetura financeira global, visando os bancos multilaterais de desenvolvimento e o financiamento público, e com a divulgação dos fluxos financeiros privados relacionados à biodiversidade.

Em termos gerais, os bancos têm um papel fundamental na implementação do GBF por:

- Suas atividades de empréstimo e investimento em setores de alto impacto e alta dependência;
- Ser, geralmente, a forma mais comum de financiamento nos mercados emergentes/países do Sul Global, mesmo através de soluções que ficam fora do balanço patrimonial, como no caso do financiamento de projetos;
- Seu poder de mercado para direcionar os fluxos de capital para atividades favoráveis à natureza.

Conforme mostrado na tabela abaixo, cada meta do GBF é relevante para os bancos em algum aspecto.

Tabela 2: Relevância das metas do Marco Global da Biodiversidade para bancos

Metas	Relevância para bancos
Meta 14	Essa meta exige políticas, regulamentações e um ambiente favorável ao alinhamento dos fluxos financeiros públicos e privados para garantir que as instituições financeiras e as empresas comecem a alinhar suas atividades, em todos os setores, com os objetivos e as metas do GBF.
Meta 15	Essa meta exige que as grandes empresas e instituições financeiras monitorem, avaliem e divulguem regularmente, de forma completa e transparente, os riscos, dependências e impactos sobre a biodiversidade, ao longo de suas operações, cadeias de valor e carteiras, com o objetivo de reduzir os impactos negativos sobre a biodiversidade e de aumentar os impactos positivos, além de promover padrões de consumo sustentável.
Meta 19	Essa meta requer um aumento do nível de recursos financeiros de todas as fontes, inclusive por meio de: alavancagem do financiamento privado; promoção do financiamento misto (blended finance); implementação de estratégias para levantar recursos novos e adicionais; e incentivo ao setor privado para investir em biodiversidade, inclusive por meio de fundos de impacto e outros instrumentos.
Meta 21	Essa meta destaca a importância da educação e está ligada às importantes funções dos bancos de educar e orientar seus clientes no planejamento da transição e na identificação de novas atividades sustentáveis.
Metas de 1 a 4	Essas metas se concentram em deter a perda de áreas de alta importância para a biodiversidade e proteger e restaurar 30% das terras, oceanos, áreas costeiras e águas interiores da Terra. Isso é mais relevante para os setores que têm uma pegada física direta nessas áreas ou em suas cadeias de fornecimento (por exemplo, agricultura, energia e mineração). O cumprimento das metas proporcionará co-benefícios para a mitigação e adaptação climática por meio, por exemplo, da conservação ou restauração de sumidouros de carbono (por exemplo, solos turfeiros) e habitats que desempenham um papel importante na produtividade costeira e na proteção contra a erosão (por exemplo, manguezais, recifes de coral, restingas, ervas marinhas).
Metas de 5 a 8	Essas metas se concentram na redução de outras pressões sobre a biodiversidade decorrentes de atividades humanas, como a poluição por meio de plásticos, fertilizantes, pesticidas e outros produtos químicos perigosos (conforme detalhado na meta 7) e a mudança climática (meta 8). Isso é mais relevante para os setores com alto potencial de poluição (por exemplo, agricultura, produtos químicos, manufatura e mineração) e com altas emissões de gases de efeito estufa (por exemplo, energia e transporte).
Metas de 9 a 13	Essas metas se concentram em atender às necessidades das pessoas em relação à natureza, inclusive por meio do gerenciamento sustentável da agricultura, da aquicultura, da pesca e da silvicultura (conforme detalhado na meta 10).

A CDB e, especificamente, o GBF enfatizam o pleno reconhecimento e respeito aos direitos à terra, aos recursos e aos territórios dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais, além de sua cultura e conhecimento tradicional, e sugerem garantias para a proteção dos defensores dos direitos ambientais e humanos, incluindo outros grupos, como mulheres e jovem. Nesse quesito, há um destaque na Meta 22, mas a presença se nota em todo o texto do GBF e em acordos anteriores. Em comparação com alguns acordos anteriores da CDB, o GBF destaca mais proeminentemente uma abordagem da natureza baseada

em direitos humanos, sensível ao gênero e socialmente equitativa, que se cruza com questões sociais e facilita uma "transição justa da natureza" (Muller & Robins, 2022), métodos mais apropriados de implementação e uma responsabilidade mais verdadeira. Apoiando os pontos de vista do Relator da ONU sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente,¹⁰ o GBF reforça que os direitos humanos e os meios de subsistência devem estar no centro das ações de biodiversidade para salvar o planeta, garantindo uma conservação eficaz, eficiente e equitativa.

Consulte o [Anexo](#) para obter recursos adicionais e para saber mais sobre o assunto.

10 ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Environment/SREnvironment/policy-briefing-1.pdf

3. Marco de referência dos PRB para definição de metas relacionadas à natureza

A seguir, apresentaremos a abordagem sugerida pelos PRB para a definição de metas relacionadas à natureza para bancos. Ela inclui uma Teoria da Mudança, uma proposta para alinhamento com o GBF, detalhes da abordagem progressiva para a definição de metas de impacto e fundamentos para a sua definição, bem como outros materiais que visam orientar diretamente os bancos nessa tarefa. Conforme inicialmente observado, esse Guia segue a abordagem geral da Iniciativa Financeira do PNUMA e dos PRB para o gerenciamento de impactos, conforme descrito no documento Protocolo de Impacto para Bancos, e continuará a ser atualizada com base na experiência dos membros, nos desenvolvimentos em andamento e nas aprendizagens do processo de revisão da implementação dos Princípios.

3.1 Teoria da mudança relacionada à natureza para bancos

A Teoria da Mudança mostra o caminho para o impacto e considera a relação entre os insumos (inputs), as ações, os produtos (outputs) e os resultados (outcomes). Essas dimensões referem-se a práticas, mas têm o objetivo de alcançar o impacto.

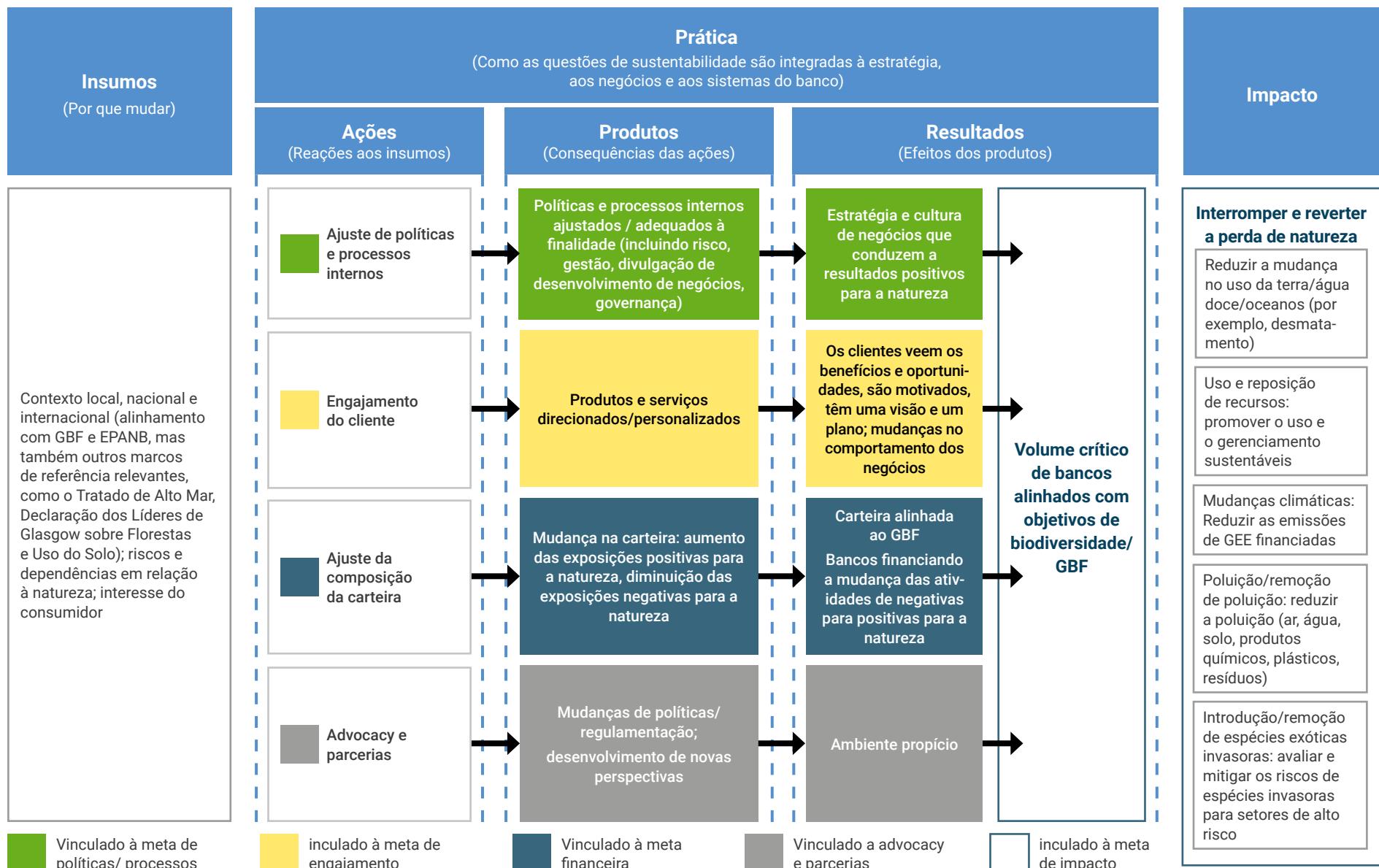


Figura 1: Teoria da mudança para a natureza

Ao tomar medidas para ajustar as políticas e os processos internos, engajar os clientes, ajustar a composição da carteira e defender a causa, as estratégias de negócios dos bancos se tornarão propícias a resultados positivos para a natureza e o comportamento de negócios dos clientes mudará. Assim, os bancos acabarão por alinhar suas carteiras com o GBF e trabalharão para criar um ambiente político favorável, desencadeando o impacto: interromper e reverter a perda de natureza.

3.2 Definição de metas dos PRB no contexto do Marco Global da Biodiversidade

O diagrama a seguir apresenta uma abordagem ampla e de alto nível para a definição de metas dos PRB no contexto do GBF, de acordo com a referência geral de gerenciamento de impacto, o [Protocolo de Impacto da Iniciativa Financeira do PNUMA](#).

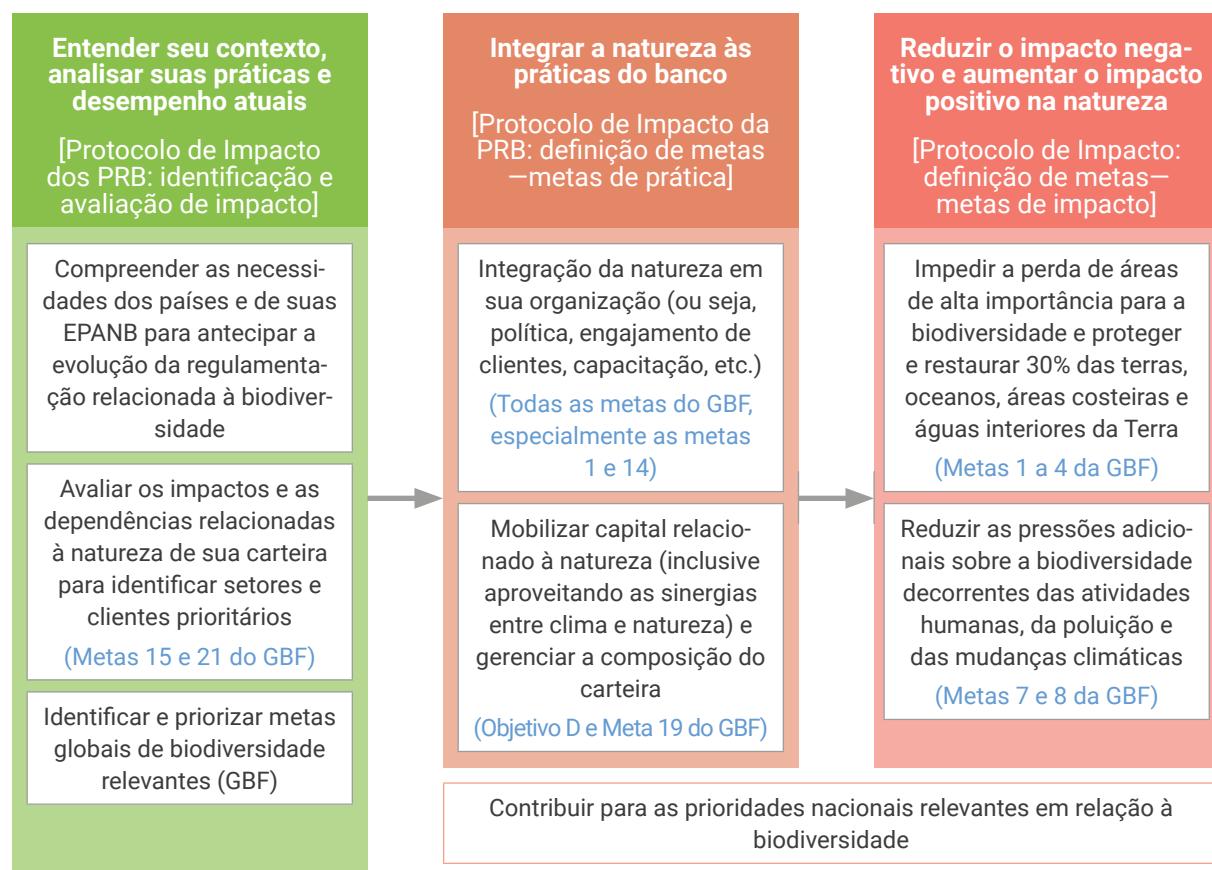


Figura 2: Abordagem para a definição de metas dos PRB no contexto do GBF

3.3 Abordagem progressiva para definição de metas dos PRB

Conforme detalhado no [Protocolo de Impacto da Iniciativa Financeira do PNUMA](#), “práticas” são definidas como a forma pela qual as questões de sustentabilidade são integradas à estratégia, aos negócios e aos sistemas do banco, enquanto “impacto” diz respeito aos impactos positivos alcançados e os impactos negativos evitados ou mitigados/compensados como resultado das práticas do banco. Conforme detalhado no [FAQ dos PRB sobre definição de metas](#) (página 10, pergunta 7), os bancos podem adotar uma abordagem progressiva para estabelecer metas para a natureza—começando pelas metas de prática, que são a base para as metas de impacto—uma vez que a natureza é uma das áreas de impacto mais incipientes até o momento no que diz respeito às ferramentas e metodologias disponíveis e estabelecidas. Este Guia concentra-se na definição de metas de prática relacionadas à natureza.

Para gerenciar os impactos, tanto as metas de prática quanto as de impacto são relevantes. As metas de impacto permitem compreender se os resultados estão mudando conforme o desejado; as metas de prática são as que tornam possível atingir as metas de impacto. Para os bancos, cujos impactos são indiretos, as metas de impacto geralmente representam um desafio especial, mas isso não impede que haja objetivos de impacto. As metas de prática e o montante da carteira migrado de atividades prejudiciais para atividades neutras ou positivas para a natureza melhoram, na prática, os impactos do banco de forma significativa e importante, embora ainda não constituam uma meta de impacto completa. Para terem metas de impacto, os bancos signatários dos PRB devem usar indicadores chave de desempenho de impacto em produtos e transações financeiras individuais, bem como identificar os impactos dos empréstimos, investimentos e atividades em áreas específicas, como nas florestas e na água.

Os signatários dos PRB monitorarão e contribuirão para o desenvolvimento de ferramentas, métodos e dados disponíveis, necessários para avançar em direção às metas de impacto total na natureza. Nesse ínterim, a definição de metas de prática deve ser plenamente buscada. Após a publicação deste Guia, o Grupo de Trabalho para Definição de Metas Relacionadas à Natureza dos PRB, juntamente com o Secretariado da Iniciativa Financeira do PNUMA, continuará a desenvolver uma Rota de Impacto, a ser publicada em 2024, definindo mais especificamente as medidas que serão tomadas para trabalhar com metas de impacto. Isso será feito em colaboração com parceiros da comunidade em geral e de acordo com o marco de referência geral dos PRB.

4. Fundamentos para a definição de metas

4.1 Avaliação dos impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza (meta 15 do Marco Global da Biodiversidade)

Para poder definir metas relacionadas à natureza, os bancos devem entender até que ponto sua carteira e sua estratégia de negócios estão expostas a impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza.

Essa avaliação inicial deve proporcionar ao banco visibilidade sobre sua exposição, permitindo, assim, definir áreas prioritárias de ação para reduzir ou mitigar os impactos sobre a natureza. Isso passa, necessariamente, por fortalecer a consideração da natureza em suas políticas e processos de investimento e estabelecer metas que, considerando a carteira específica do banco, sejam "SMART", ou seja, específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazo determinado.

Disponibilidade de abordagens para avaliação de impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza

Em meados de 2023, ainda estão surgindo e evoluindo as abordagens para apoiar a compreensão da exposição das instituições financeiras aos impactos, dependências, riscos e oportunidades relacionados à natureza, bem como os métodos analíticos, dados e ferramentas. Apesar da necessidade de definir e refinar as métricas de medição da pegada de biodiversidade¹¹ e de estabelecer trajetórias baseadas na ciência para os principais setores,¹² os bancos já podem começar a trabalhar para compreender seus impactos e dependências em relação à natureza, além dos riscos e oportunidades em suas carteiras e estratégias de negócio. À medida que as abordagens, ferramentas e guias de medição se tornarem mais maduras, o nível de granularidade e a precisão da avaliação melhorarão.

11 Não há uma métrica única relacionada à natureza equivalente a emissões financiadas/toneladas de CO₂ que seja amplamente reconhecida como significativa para estabelecer metas para empresas e carteiras. Embora as métricas de impacto na biodiversidade sejam promissoras, elas ainda estão em um estágio inicial e apresentam pontos fortes e fracos para diferentes aplicações.

12 Embora estejam surgindo abordagens como os métodos, ferramentas e guias iniciais relacionados à natureza da SBTN, que se alinham com o trabalho recentemente divulgado [pela Comissão da Terra](#) sobre a quantificação de limites seguros e justos do Sistema Terra, ainda são necessários mais esforços para que esses materiais possam ser usados pelas instituições financeiras.

Em termos gerais, essa avaliação não é diferente de qualquer outra análise de impacto de sustentabilidade/risco de dependência/análise de oportunidade. Ela envolve a identificação dos segmentos da carteira do banco mais expostos a impactos e dependências relacionados à natureza - com base nos clientes, setores, subsetores, regiões geográficas e biomas subjacentes - e a avaliação da extensão desses impactos e dependências, observando que:

- A exposição a dependências relacionadas à natureza significa que, no contexto da perda de natureza, a carteira pode estar em risco devido à sua dependência da natureza e de seus serviços (por exemplo, água limpa, polinização de cultivos, estabilidade costeira etc.)
- A exposição a "impactos" significa que a carteira contribui para a perda de natureza, agravando assim os riscos relacionados às dependências, bem como criando um potencial de risco de transição relacionado à natureza (por exemplo, risco de conformidade legal, redução da atratividade para investidores ou consumidores e ações da sociedade civil).
- No contexto dos PRB, o objetivo almejado é o alinhamento e o alcance de metas de políticas globais relacionadas à sustentabilidade, cuja preocupação central é o impacto. O gerenciamento de riscos pode contribuir para o gerenciamento do impacto, mas não o substituir.

Essa abordagem está alinhada com o guia de análise de impacto dos PRB e com as recomendações e com o guia adicional da TNFD, além de estar relacionada às Etapas 1 e 2 das do primeiro método da SBTN para metas baseadas na ciência relacionadas à natureza. Também está de acordo com o [Marco de Referência Conceitual para Avaliação de Riscos Relacionados à Natureza](#) da NGFS.

À medida que os bancos começarem a entender o nível de exposição de suas carteiras aos riscos e impactos relacionados à natureza e, assim, passarem a implementar respostas a eles, será necessário dar transparência às partes interessadas. Nesse sentido, marcos de referência regulatórios podem ser utilizadas, como a [Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo](#) (CSRD, na sigla em inglês) da União Europeia, bem como marcos de referência voluntários de avaliação, gerenciamento de riscos e divulgação, como a TNFD e, para impactos, a [Global Reporting Initiative](#) (GRI). A análise de carteira para riscos, impactos e dependências relacionados à natureza em setores prioritários deve ajudar a trazer percepções iniciais sobre possíveis "pontos críticos" nas atividades de um banco, com base em suas exposições setoriais e geográficas e áreas que necessitam de uma análise mais profunda acerca das práticas e do desempenho do banco.

Abordagem iterativa da avaliação

Para os bancos, a avaliação deve abranger cada linha de negócios significativa, como carteiras de atacado e de investimento. A instituição deve apresentar uma justificativa para a seleção das carteiras incluídas na avaliação, esclarecendo a razão para a exclusão de determinadas carteiras, por exemplo, devido ao seu tamanho limitado ou falta de relevância.

Cada banco deve identificar, com base na composição de sua carteira e nas especificidades de sua estratégia de negócios, e dentro de seu contexto operacional, os setores, subsetores, clientes e locais prioritários relevantes para ações relacionadas à natureza, bem como os fatores prioritários a serem abordados em cada um desses âmbitos. A Ferramenta de Análise de Impacto para Bancos da Iniciativa Financeira do PNUMA fornece uma metodologia prática e recursos para coletar e analisar dados relevantes: o Módulo de Contexto permite a coleta de dados e necessidades geográficas, enquanto o Módulo de Identificação permite a coleta de dados de carteira e o cruzamento dos mesmos com os dados geográficos.

Orientações detalhadas para a avaliação de impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza são propostas na abordagem LEAP¹³ da TNFD. O Padrão Europeu de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS, na sigla em inglês) também fornece orientações sobre avaliação e relatórios relacionados à natureza para empresas que estão sujeitas à CSRD e sinaliza a utilização da abordagem LEAP supramencionada.

A avaliação deve considerar as seguintes dimensões

- **Localizar a interface da organização com a natureza - setores e geografias**
 - **Setores:** em um primeiro momento, a instituição pode optar por priorizar setores e regiões geográficas "chave", sabidamente com alta exposição a riscos relacionados à natureza (consulte a seção 4.2). Em geral, são aqueles setores que dependem de cadeias de valor agrícolas ou florestais, atividades com pegada ambiental significativa (por exemplo mineração, infraestrutura, energia renovável, certos empreendimentos imobiliários), atividades com consumo significativo de água (por exemplo, agricultura, alimentos e bebidas) e aquelas que são conhecidas por gerar poluição significativa ou por altas emissões de gases de efeito estufa (por exemplo, petróleo e gás à montante e à jusante, energia térmica, química, metais).
 - **Geografia:** a localização dos ativos subjacentes e das atividades econômicas que interagem com a natureza. Consulte a Tabela 4 no guia LEAP da TNFD para obter orientações específicas sobre a priorização de locais.
 - **Biomas e/ou ecossistemas:** os tipos de biomas dos quais os ativos da carteira dependem/impactam. Isso deve ser informado pela análise setorial e geográfica e pode ser realizado com um nível variável de granularidade, dependendo da precisão e da confiabilidade dos dados de exposição setorial/geográfica disponíveis.
- Um desafio típico da exposição geográfica é que a granularidade e a precisão das informações que um banco tem sobre os ativos da carteira podem variar muito. As carteiras de empréstimos corporativos e de financiamento de commodities tendem a indicar setores, subsetores e a localização geográfica da sede do cliente financiado, o que pode ser diferente da localização das atividades realizadas, dos ativos e das cadeias de valor associadas. Os bancos devem aplicar esforços razoáveis para coletar dados específicos do local, reconhecendo que, em muitos setores, há uma

13 LEAP FI é a orientação proposta pela TNFD para avaliar os riscos, impactos e dependências relacionados à natureza. Consulte framework.tnfd.global/leap-the-risk-and-opportunity-assessment-approach/ para obter mais informações.

grande dependência de informações sobre a cadeia de valor, que podem não estar prontamente disponíveis. Quando informações geográficas precisas não estiverem disponíveis (após uma busca em escritórios regionais, departamentos e, potencialmente, fornecedores de dados específicos do país), a solução provisória (antes de coletar tais informações por meio do engajamento do cliente) é considerar a avaliação da exposição geográfica usando proxies ou dados modelados. No entanto, reconhece-se que, se as cadeias de valor não forem transparentes e os clientes não tiverem esses dados, os bancos não poderão entender a localização em um nível granular. Para outras classes ou subclasses de ativos, como financiamento de projetos ou imóveis, as informações específicas da localização exata podem estar mais prontamente disponíveis, com um nível mais refinado de granularidade e precisão.

■ Análise de impactos

O grau em que os ativos do carteira geram impactos sobre a natureza pode ser determinado utilizando-se, por exemplo, a [Ferramenta de Análise de Impacto para Bancos da Iniciativa Financeira do PNUMA](#), a ferramenta ENCORE (incluindo o [módulo ENCORE Biodiversity](#)) e a [ferramenta](#) de triagem de materialidade da SBTN. Outros recursos vão se tornando progressivamente disponíveis no mercado, normalmente baseados na modelagem de pegada (avaliação do impacto de uma atividade na integridade dos habitats) e na ameaça às espécies (avaliação da contribuição de uma atividade para o risco de extinção de espécies sensíveis). Observe que essas abordagens dependem de determinadas premissas metodológicas (por exemplo, relacionadas à distribuição geográfica dos impactos associados a um determinado setor e ao nível de integridade dos habitats e das populações de espécies), o que significa que os resultados devem ser considerados como proxies dos impactos reais associados a uma carteira específica.

Similarmente, as metodologias para avaliar os impactos relacionados à natureza nas carteiras de bancos ainda estão amadurecendo e se tornando progressivamente disponíveis para o mercado. O [Guia sobre Abordagens de Mensuração da Biodiversidade](#), publicado pela Finance for Biodiversity Foundation, oferece uma visão geral das principais abordagens disponíveis no mercado. Se um banco optar por um determinado método ou ferramenta, recomenda-se que ele esclareça o porquê para a seleção dessa abordagem e as premissas e limitações associadas a ela.

Observe que as abordagens e ferramentas mencionadas acima servem para compreender os impactos negativos e positivos sobre a natureza. Por exemplo, benefícios de conservação e restauração da natureza por meio do financiamento de projetos verdes, bem como por meio da redução das pressões dos clientes sobre a natureza.

■ Análise de dependências

O grau em que os ativos da carteira dependem da natureza pode ser determinado usando a [ferramenta](#) ENCORE, desenvolvida pela parceria homônima, composta pelo Centro Mundial de Monitoramento da Conservação do PNUMA (PNUMA-CMMC), pela Iniciativa Financeira do PNUMA e pela Global Canopy. Além disso, o PNUMA-CMMC (2023) divulgou orientações para a "medição robusta das dependências dos negócios na natureza", descrevendo como as empresas e os investidores devem medir de

forma abrangente suas. O documento descreve como as instituições financeiras precisam entender não apenas de quais serviços ecossistêmicos as empresas de sua carteira dependem, mas também o nível de dependência desses serviços e a capacidade da natureza de fornecê-los no futuro. Isso deve ser feito levando em conta o estado da natureza, como os impactos da própria empresa e os impactos de outras empresas afetam a capacidade da natureza de atender à dependência da empresa e os impactos sobre a comunidade local e sobre os processos naturais. Isso deve permitir que as organizações analisem a probabilidade e a extensão das mudanças na prestação de serviços ecossistêmicos e, posteriormente, possibilitar uma avaliação dos riscos relacionados à dependência da empresa.

■ **Avaliação de riscos e oportunidades**

As análises dos impactos e das dependências permitirão ao banco gerenciar riscos financeiros e alavancar oportunidades de negócios. Embora não seja um requisito intrínseco dos PRB, o conteúdo abaixo fornece alguns direcionamentos.

- **Risco**—definido como ameaças potenciais (efeitos da incerteza) impostas a uma instituição financeira que surgem das dependências e dos impactos de sua própria carteira e da sociedade em geral¹⁴ (TNFD, 2023). Podem consistir em:
 - **Riscos físicos**, resultantes da degradação da natureza (como mudanças no equilíbrio do ecossistema, incluindo a qualidade do solo e a composição das espécies) e a consequente perda dos serviços ecossistêmicos dos quais a atividade econômica depende. Esses riscos podem ser crônicos (por exemplo, um declínio gradual da diversidade de espécies de polinizadores, resultando na redução da produção agrícola, ou na escassez de água) ou agudos (por exemplo, desastres naturais ou incêndios florestais). Os riscos físicos relacionados à natureza surgem como resultado de mudanças nas condições bióticas (vivas) e abióticas (não vivas) que sustentam ecossistemas saudáveis e funcionais. Esses riscos geralmente são específicos do local.
 - **Riscos de transição**, que resultam de um desalinhamento dos agentes econômicos com ações destinadas a proteger, restaurar e/ou reduzir os impactos negativos sobre a natureza.
 - **Riscos sistêmicos**, decorrentes do colapso de todo o sistema, e não da falha de partes individuais. Os riscos sistêmicos relacionados à natureza são caracterizados por pontos de inflexão modestos que se combinam indiretamente para produzir grandes falhas e interações em cascata de riscos físicos e de transição. Uma perda desencadeia uma cadeia de outras e impede que os sistemas recuperem o equilíbrio após um choque
 - Como primeiro passo, a instituição pode optar por avaliar os riscos físicos e de transição em setores prioritários, incorporando progressivamente a consideração de riscos sistêmicos como parte de uma abordagem mais ampla de análise de cenário. Isso também é consistente com a abordagem delineada no

14 Consulte o Glossário da TNFD tnfd.global/wp-content/uploads/2023/09/Glossary_of_key_terms_v1.pdf?fbclid=IwAR3XyfV1695138274

marco de referência da NGFS para riscos relacionados à natureza. Veja a Figura 3, que mostra como os riscos físicos e de transição decorrentes da dependência e do impacto na natureza podem levar a riscos econômicos, que por sua vez podem levar a um contágio no sistema financeiro.

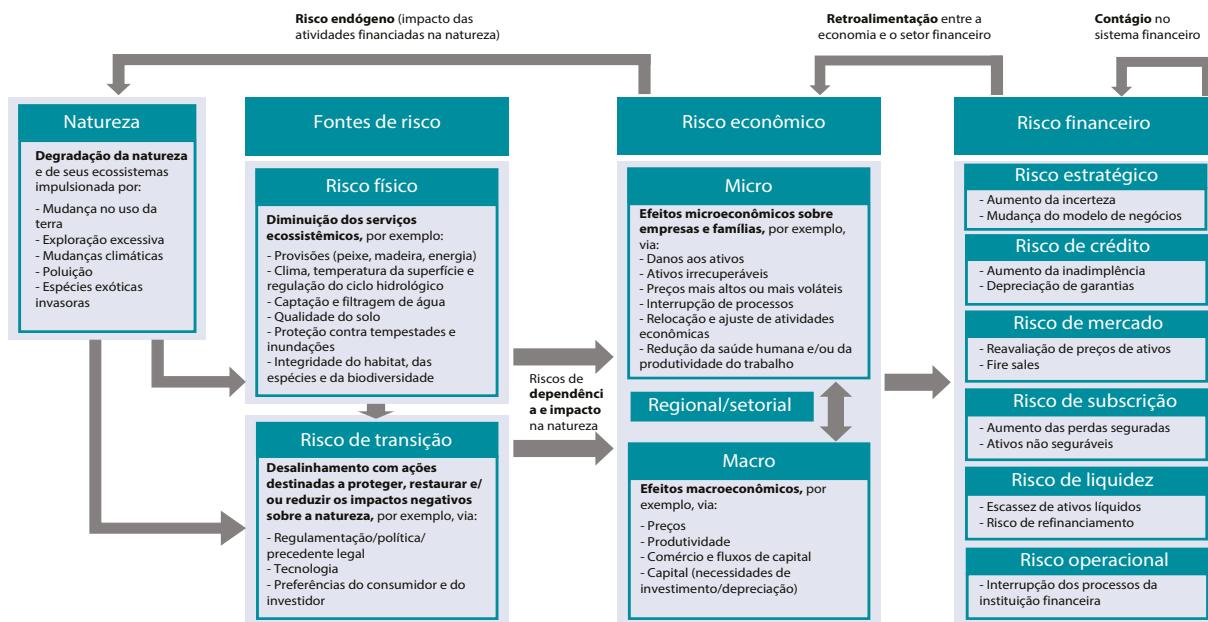


Figura 3: Canais de transmissão de riscos relacionados à natureza | Fonte: (NGFS 2023)

Além disso, conforme recomendado pela TNFD em seu guia sobre a abordagem LEAP, a avaliação de riscos deve usar métricas relevantes para apoiar os tomadores de decisão com dados consistentes e úteis para a tomada de decisões. Para os bancos, o [guia adicional](#) da TNFD [para instituições financeiras](#), publicada em setembro de 2023, fornece uma visão geral das métricas úteis que devem ser consideradas. Observe que o guia enfatiza métricas financeiras, como a porcentagem da carteira exposta a um nível alto ou moderado de risco, ativos sob gestão, bem como o número de empresas na carteira altamente expostas a impactos ou dependências relacionados à natureza. Além disso, os bancos podem usar as [ferramentas](#) de filtro de Risco de Água e Biodiversidade do WWF para uma análise mais específica do local.

- **Oportunidades**—usar uma "lente" diferente na análise da carteira para identificar setores/geografias em que as instituições financeiras possam ter oportunidades de financiar atividades que gerem resultados positivos para as organizações e para a natureza, criando impactos positivos e apoioando os clientes na mitigação dos efeitos negativos de suas atividades sobre a natureza.

Para ver exemplos de práticas na análise e avaliação de carteiras, por favor, consulte o suplemento para encontrar um estudo de caso do Rabobank sobre a Avaliação de Dependências e Impactos na Natureza para a Carteira de Empréstimos Privados.

Nesse guia, recomenda-se aos bancos:

- **Ação prioritária:** Avaliar a exposição da carteira do banco aos impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza, começando pelos setores prioritários identificados. Os bancos devem determinar uma porcentagem de sua carteira para realizar a avaliação inicial e concluir a análise dentro de um prazo viável, porém ambicioso. A análise da carteira para impactos e dependências relacionados à natureza, além dos riscos e oportunidades, em setores prioritários identificados ajudará a trazer percepções iniciais sobre possíveis “pontos críticos” nas suas atividades, com base em exposições setoriais e geográficas e áreas que demandam análise mais profunda. Essas informações serão cruciais nos processos de definição de metas e gerenciamento de riscos.
 - **Ação prioritária:** Analisar uma porcentagem significativa de clientes em setores prioritários quanto a seus impactos e dependências relacionados à natureza e, consequentemente, quanto aos riscos e oportunidades que surgem tanto para o cliente/empresa quanto para o banco. Isso deve ajudar a evidenciar (i) contrapartes ou clientes individuais que possam estar operando dentro ou nas proximidades de áreas críticas para a biodiversidade, deixando nítidos seus fatores de pressão/impacto, e (ii) partes interessadas, inclusive povos indígenas e comunidades locais que detêm direitos, habitam e/ou dependem de áreas onde as contrapartes ou clientes operam. Essas entidades devem abordadas nos processos de engajamento do cliente.
 - **Ação prioritária:** Elaborar, progressivamente, relatórios de acordo com as recomendações da TNFD, inclusive sobre os principais indicadores para divulgação da Força Tarefa. Isso inclui todos os principais indicadores globais de divulgação de riscos e oportunidades fornecidos no Anexo 1 (tabela 7) das recomendações. Os bancos também são incentivados, sempre que possível, a divulgar os principais indicadores globais de dependência e impacto de suas carteiras (ao menos para as carteiras de empréstimos, conforme o mesmo Anexo 1¹⁵). Dadas as atuais limitações de dados para o relato relativo às carteiras das instituições financeiras, a Força Tarefa propõe uma adaptação da arquitetura das métricas dos indicadores de divulgação. As métricas de impacto e de dependência específicas das IFs, definidas quando se aplicam limitações de dados, são as seguintes:¹⁶
1. Exposição a um conjunto definido de setores com dependências e impactos materiais relacionados à natureza (em valor absoluto ou porcentagem do volume de empréstimos)
 2. Exposição a empresas com atividades em locais sensíveis/críticos (em valor absoluto ou porcentagem do volume de empréstimos)

15 Consulte as recomendações da TNFD e as métricas de divulgação em detalhes em: tnfd.global/recommendations-of-the-tnfd/ As organizações que testaram o projeto de orientação da TNFD mostraram que era possível avaliar as dependências e os impactos das atividades financiadas. Exemplos do que é possível são fornecidos no Anexo 2 da orientação para instituições financeiras e na orientação sobre a abordagem LEAP.

15 Consulte a orientação adicional da TNFD para instituições financeiras em detalhes em tnfd.global/wp-content/uploads/2023/08/Guidance_for_Financial_Institutions_v1.pdf?v=1695215983

4.2 Mapeamento da exposição a setores prioritários

Conforme destacado na seção anterior, os bancos que definem metas relacionadas à natureza devem adotar uma abordagem de priorização, identificando setores econômicos de alto impacto em suas carteiras de empréstimos e investimentos, para os quais estabelecerão metas de prática.¹⁷ Além da ferramenta de [mapeamento](#) de impacto setorial e de setores-chave da Iniciativa Financeira do PNUMA, várias organizações trabalharam no mapeamento dos setores prioritários para a natureza, incluindo a UNEP-WCMC (por meio da ferramenta ENCORE), a SBTN, a TNFD e a Finance for Biodiversity Foundation.

Como parte do desenvolvimento desse guia e para apoiar os membros dos PRB, a Iniciativa Financeira do PNUMA desenvolveu uma ferramenta dedicada aos Setores-Chave, que inclui:

1. **Uma lista de setores-chave para a natureza**, baseada e apoiada por mapeamentos setoriais já existentes, que fornece aos bancos dos PRB uma lista consolidada. Os signatários devem usar a lista na análise de suas carteiras e na identificação dos setores que devem ser priorizados para ação.
2. **Orientações para a Ação** que fornece recomendações para auxiliar nas próximas etapas para os setores prioritários. A ferramenta também fornece referências adicionais para padrões e indicadores chave de desempenho no nível de carteira e produto para uma série de exemplos. Os bancos devem estar cientes de que continua sendo sua responsabilidade conhecer e seguir as regulamentações, leis, políticas e padrões relevantes em suas próprias jurisdições e monitorar novidades relevantes.

O recurso está disponível em formato digital, em Excel: faça o—[download aqui](#)

Tabela 3: Setores-chave para a natureza

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">■ Agricultura, extração de madeira e pesca■ Silvicultura■ Mineração■ Fabricação de produtos minerais metálicos e não metálicos■ Fabricação de coque e derivados de petróleo■ Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos■ Fabricação de produtos de borracha, plástico e papel■ Fabricação de têxteis e vestuário■ Geração de energia elétrica■ Construção■ Transporte■ Saneamento e gestão de resíduos |
|--|

17 Os bancos também podem considerar a possibilidade de associar essa etapa ao mapeamento da exposição a riscos relacionados à dependência. Os setores que têm um alto impacto e dependência seriam de alta prioridade, onde há a maior oportunidade de mitigar as pressões e apoiar a conservação e a restauração da natureza. Essa é uma decisão estratégica para os bancos, mas, em geral, é uma abordagem recomendada.

5. Passo a passo para definição de metas

Esta seção do guia apresenta uma abordagem passo a passo para os signatários dos PRB na definição de metas relacionadas à natureza.

5.1 Alinhamento com o Marco Global da Biodiversidade, planos e estratégias nacionais e marcos e políticas regionais

Para poder definir metas relacionadas à natureza de acordo com os requisitos do PRB, os bancos devem entender o contexto em que estão operando, ou seja, os principais desafios e prioridades relacionados à natureza nos principais países em que estão operando e identificar os marcos de referência internacionais, regionais ou nacionais relevantes com as quais devem se alinhar.

EPANB e Planos Nacionais de Financiamento da Biodiversidade

Os bancos devem estar cientes de que devem se alinhar com o Marco Global da Biodiversidade (como marco de referência abrangente) e com as respectivas prioridades nacionais de biodiversidade dos países em que estiverem sediados e/ou para os quais forneçam financiamento. É fundamental compreender quais são as principais metas de política em um determinado contexto - ou seja, os objetivos específicos relacionados à natureza a partir dos quais as metas de impacto e prática podem ser derivadas – pois questões de natureza são muito mais determinadas localmente do que questões climáticas.

Desde a COP 15, todas as Partes da CDB (196 países) se comprometeram a revisar e atualizar suas Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB) seguindo as [orientações](#) fornecidas para alinhamento com os objetivos e metas do GBF, incluindo aqueles relacionados aos meios de implementação. As atualizações devem ser apresentadas antes da COP 16 no final de 2024. Solicita-se às Partes que não puderem cumprir essa exigência que, no mínimo, comuniquem suas metas nacionais que refletem todos os objetivos e metas, antes da apresentação completa da EPANB atualizada.

Quase todos os países têm EPANB que podem ser acessadas centralmente por meio do [Mecanismo de Compensação da CDB](#). Enquanto os países estiverem atualizando as EPANB, os bancos talvez queiram entrar em contato com os [pontos focais nacionais](#)

relevantes da CDB para entender as principais prioridades da atualização e apoiar o desenvolvimento de Planos de Financiamento da Biodiversidade complementares. Os bancos não devem ser desencorajados ou impedidos de agir sobre a natureza se uma EPANB ainda estiver em desenvolvimento—isso representa uma oportunidade para um engajamento mais próximo das partes interessadas.

Todas as Partes são incentivadas a usar os indicadores principais, complementados por [indicadores](#) complementares e de componentes, além de outros indicadores relevantes em processos de planejamento nacional, incluindo estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação. Além disso, todas as Partes são incentivadas a adotar as EPANB revisadas ou atualizadas como instrumentos políticos e/ou legais e a integrá-las a estratégias e planos mais amplos, como planos nacionais de desenvolvimento sustentável, planos nacionais de desenvolvimento, estratégias de redução da pobreza e outros planos nacionais setoriais e intersetoriais relevantes, conforme as circunstâncias e prioridades nacionais. Em janeiro de 2023, a Espanha foi o primeiro país a apresentar uma EPANB revisada, seguida pelo Japão.

Esses documentos devem fornecer um guia para os bancos financiarem atividades positivas para a natureza, semelhante às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) no âmbito climático. Caso não haja uma EPANB atualizada, os bancos devem alinhar-se com os objetivos e metas do GBF e consultar a versão anterior da EPANB de seu país para obter uma orientação geral. Recomenda-se também o engajamento com o ponto focal nacional da CDB, a fim de evitar riscos regulatórios. Políticas específicas também podem estar relacionadas a setores de maior impacto, como políticas para compensações de biodiversidade em atividades extrativas ou relacionadas a reservas para a biodiversidade na agricultura.

Todas as EPANB serão eventualmente acompanhadas por um Plano de Financiamento da Biodiversidade (PFB) que inclui oportunidades de mobilização de financiamento privado. O PFB é o documento de orientação para a implementação das melhores soluções financeiras para atingir as metas nacionais de biodiversidade. A principal metodologia para eles é através da BIOFIN¹⁸ e aborda os fluxos financeiros prejudiciais.

Responsabilidades nacionais, hierarquia de mitigação, compensações e créditos

A soberania nacional sobre os recursos naturais é um princípio fundamental do direito e da política internacional, e os países têm o direito de promulgar políticas e estabelecer marcos de referência para cumprir os objetivos e as metas do GBF. A hierarquia de mitigação é um conceito fundamental para lidar de forma significativa com a perda de natureza e foi desenvolvida e fortalecida ao longo de duas décadas de prática. Um artigo recente e influente de profissionais estabelecidos (Maron et al., 2023) afirma que “somente a contabilidade de alta integridade apoiará genuinamente os objetivos positivos para a natureza” e fornece exemplos de como esse conceito pode ser aplicado com credibilidade nos níveis de projeto e cadeia de valor. Uma das principais mensagens do documento é não prometer demais em relação àquilo que é “positivo para

18 [undp.org/compan/projects/biofin#:~:text=The%20Biodiversity%20Finance%20Plan%20\(BFPfeasible%20and%20impactful%20finance%20solution](http://undp.org/compan/projects/biofin#:~:text=The%20Biodiversity%20Finance%20Plan%20(BFPfeasible%20and%20impactful%20finance%20solution)

a natureza”, enquanto a realidade é a de que “a escala e o ritmo dos compromissos necessários para gerenciar até mesmo os impactos diretos e atribuíveis à natureza ainda não foram adequados. O fracasso em atingir o objetivo menos ambicioso da hierarquia de mitigação—nenhuma perda líquida de biodiversidade—é comum e generalizado: a perda líquida zero em nível de projeto muitas vezes não é atingida, as evidências de prevenção são escassas e as compensações de biodiversidade estão repletas de problemas de projeto, de implementação e de integridade”, citando várias fontes de evidências. Neste guia, concentraremos nossa atenção em evitar danos à natureza como uma prioridade de primeira ordem para os bancos.

Seguindo a lógica da hierarquia de mitigação, os bancos não devem vender ou usar compensações ou créditos para cumprir suas metas relacionadas à natureza, exceto como uma opção de último recurso, depois que outras opções tiverem sido esgotadas (conforme descrito na hierarquia de mitigação). As organizações que estabelecem metas baseadas na ciência para a natureza deverão seguir essa hierarquia.

Detalhando mais o papel das compensações e dos créditos no âmbito da natureza, ao contrário da cláusula de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” que está claramente declarada na UNFCCC, a aplicação desse princípio pela CDB é mais sutil. Em termos gerais, ele não está refletido no texto da Convenção, embora haja uma linguagem que afirma a importância da Cooperação para o Desenvolvimento.¹⁹ Em contraste com o âmbito climático, onde, de fato, os países de alta renda têm a maior responsabilidade histórica pelas emissões, na biodiversidade, os maiores sucessos em conservação, uso sustentável e acesso e compartilhamento de benefícios foram demonstrados nos países do Sul Global e, especialmente, pelos povos indígenas. Dentro da CDB, também não há equivalente ao Artigo 6 do Acordo de Paris, ou seja, que algumas Partes optem por buscar cooperação voluntária na implementação de suas NDCs para permitir maior ambição em suas ações de mitigação e adaptação e para promover o desenvolvimento sustentável e a integridade ambiental, em outras palavras, permitindo a comercialização de compensações.

Portanto, sem um meio de trocar compromissos entre países, cada país está efetivamente comprometido com a aplicação de todos os objetivos e metas.²⁰ Isso implica também que os termos “compensação de biodiversidade” e “crédito de biodiversidade” têm significados muito diferentes no contexto da natureza em comparação com o contexto climático. Embora atualmente muitos processos estejam em andamento, inclusive bilateralmente entre países e por meio de plataformas como a [Biodiversity Credit Alliance](#), é aconselhável que os bancos aguardem os princípios de integridade e

19 Artigo 20.4 da CDB: “O grau de efetivo cumprimento dos compromissos assumidos sob esta Convenção das Partes países em desenvolvimento dependerá do cumprimento efetivo dos compromissos assumidos sob esta Convenção pelas Partes países desenvolvidos, no que se refere a recursos financeiros e transferência de tecnologia, e levará plenamente em conta o fato de que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas das Partes países em desenvolvimento.”

20 O GBF inclui uma provisão para apoiar os países na realização desse compromisso, em particular sob as disposições relacionadas à assistência oficial ao desenvolvimento de “países desenvolvidos e de países que voluntariamente assumem obrigações de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento”, conforme a Meta 19, parágrafo (a) do GBF ([cbd.int/gbf/targets/](#)) e a decisão 15/7 da COP15 sobre mobilização de recursos ([cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-07-eu.pdf](#)).

os marcos de referência de avaliação vindouros para se envolverem em qualquer projeto com intenção de permitir o comércio de valores de biodiversidade. Os bancos podem querer apoiar projetos que criem “ganho líquido” de biodiversidade de forma voluntária e no contexto de pesquisa e desenvolvimento de tais ferramentas, como o investimento do Swedbank em biocréditos na Suécia.²¹

Urgência da resposta e marcos de referência nacionais e regionais para a natureza

Os bancos devem estar cientes de que muitos países estão atualizando políticas e/ou instrumentos legais relacionados à natureza para diferentes setores e atividades. Cada vez mais, as taxonomias de finanças sustentáveis farão referência à natureza e a tópicos relacionados, como água e florestas.

Além disso, os marcos de referência ligados à natureza podem exigir que as instituições financeiras e, em especial, os bancos, desempenhem um papel no financiamento da recuperação da natureza. A lei de restauração da natureza da UE colocará medidas de recuperação em 20% da terra e do mar da região até 2030, aumentando para cobrir todos os ecossistemas degradados até 2050. Ela não menciona especificamente o papel das instituições financeiras, mas é esperado que os planos de implementação individuais dos países, a serem publicados dentro de dois anos após a entrada em vigor do Regulamento, abordarão o financiamento da natureza e o papel das finanças privadas. Os bancos devem esperar esforços semelhantes em todo o mundo à medida que o cumprimento dos objetivos e metas do GBF for tomado forma.

Fronteiras do Sistema Terra e metas baseadas na ciência para a natureza

O GBF baseia-se em uma teoria da mudança que argumenta que estamos operando fora dos limites seguros do nosso planeta e que precisamos urgentemente trazer nossas economias e sociedades de volta à harmonia com os limites naturais. A ONU endossa as Fronteiras do Sistema Terra como um marco de referência para descrever os limites dos impactos das atividades humanas na Terra. De fato, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável já incluíam explicitamente quatro das nove Fronteiras do Sistema Terrestre: água doce (ODS 6), clima (ODS 13), oceanos (ODS 14) e biodiversidade (ODS 15). Implicitamente, por meio do ODS 2 sobre sistemas alimentares sustentáveis, incluiu-se os limites da terra e dos nutrientes. Além desses limites, o planeta pode não ser mais capaz de se autorregular e, coletivamente, deixariam o período de estabilidade no qual as economias e as sociedades humanas se desenvolveram.

O marco de referência das Fronteiras do Sistema Terra é útil para transmitir a natureza não linear da biosfera e dos ecossistemas que sustentam a vida: "ultrapassar uma ou mais Fronteiras do Sistema Terra pode ser deletério ou até mesmo catastrófico devido ao risco de cruzar limites que desencadearão mudanças ambientais não lineares e abruptas em sistemas de escala continental a planetária" (Rockström et al., 2009). A SBTN foi criada para enfrentar o desafio de como as empresas podem funcionar de

21 carbon-pulse.com/205424/

forma a não transgredir esses parâmetros de suporte à vida, bem como os de justiça social. Em maio de 2023, a SBTN divulgou orientações para as empresas sobre as Etapas 1 e 2 (veja nas recomendações da SBTN para o engajamento de clientes) e as primeiras metodologias de definição de metas baseadas na ciência sobre a qualidade (específica para nitrogênio e fósforo) e quantidade da água doce e sobre o uso da terra (SBTN 2023). Este guia dos PRB foi desenvolvido com a contribuição ativa da SBTN, visando à compatibilidade na definição de metas entre setores e com o objetivo de permanecer dentro de limites seguros e justos do sistema terrestre.

5.2 Integração da natureza nas práticas e processos

A atuação dos bancos em relação à natureza exigirá uma série de ações, incluindo a definição de metas. A seção a seguir fornece orientações sobre as principais práticas e processos que os bancos devem considerar e exemplos de metas, quando relevantes. Conforme observado em outras partes do guia, evitar danos à natureza deve ser uma preocupação primordial dos bancos, e isso será expresso em grande parte no desenvolvimento e na aplicação de políticas, sejam elas setoriais ou por ecossistema.

5.2.1 Integração da natureza na organização

Assim como para as mudanças climáticas e outras questões relacionadas a aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês), as instituições financeiras devem fortalecer seus conhecimentos e processos internos para levar em conta a natureza de forma mais sistemática. Isso requer a compreensão de como suas atividades financeiras interagem com a natureza, por meio de seus clientes, contrapartes e carteiras, sejam elas de investimento, empréstimo ou seguro.

Conforme descrito na seção anterior deste documento, isso requer uma primeira etapa de identificação e avaliação de impactos e dependências e riscos e oportunidades. Isso também requer a capacitação em todos os níveis da organização, inclusive até o nível da alta administração e do Conselho de Administração (consulte também o documento Banking on Nature para ter uma visão geral sobre a relevância da natureza para os bancos).

À medida que o entendimento de uma instituição financeira sobre o assunto aumenta, ela pode passar para atividades de gerenciamento de riscos e impactos que podem incluir a definição de restrições ou exclusões para determinados setores ou atividades, seja em nível de entidade ou de transação. Nesse sentido, espera-se também requisitos para uma devida diligência aprimorada em resposta a questões específicas identificadas que gerem preocupação. Tudo isso precisa ser apoiado por um engajamento sólido do cliente, com o objetivo de apoiar a implementação das políticas e apoiar sua transição ecológica e o alinhamento final dos investimentos com o GBF.

Por fim, as instituições financeiras também devem aumentar sua própria transparência por meio de compromissos externos e divulgações de suas próprias, que devem ser fundamentadas nas melhores práticas.

Políticas e processos (incluindo devida diligência) (Todas as metas do GBF, especialmente 1 e 14)

Nos últimos anos, em resposta às crescentes expectativas dos órgãos reguladores, investidores e da sociedade, muitos bancos adotaram políticas e compromissos relacionados à sustentabilidade, como proteção contra riscos e impactos relacionados, em determinados setores ou locais.

Algumas dessas políticas e compromissos já incluem a consideração dos impactos sobre a natureza (ou, usando uma terminologia mais restritiva, a biodiversidade). Em geral, elas incluem políticas de investimento relacionadas a setores ou commodities que impulsionam o desmatamento - como agricultura, carne, laticínios, óleo de palma, soja - bem como setores com pegada ambiental relevante, como mineração, e políticas específicas sobre áreas protegidas, principalmente [locais de Patrimônio Mundial da UNESCO](#) e zonas úmidas designadas pela [Convenção de Ramsar](#).

Para o financiamento de projetos, 140 instituições financeiras em 39 países são membros dos [Princípios do Equador](#), comprometendo-se, assim, a aplicar [os Padrões de Desempenho Ambiental e Social da Corporação Financeira Internacional](#) (IFC, na sigla em inglês) a seus financiamentos de projetos. Isso inclui o Padrão de Desempenho 6 sobre biodiversidade, um conjunto rigoroso de requisitos para evitar, mitigar e compensar os impactos sobre a biodiversidade.

O resultado é que muitos bancos já operam com políticas e compromissos de investimento que, em graus variados, abordam a natureza como um tópico dentro do contexto mais amplo dos aspectos ambientais e sociais.

Por meio de uma análise mais sistemática da exposição de sua carteira a riscos, dependências, impactos e oportunidades relacionados à natureza, os bancos têm a oportunidade de obter uma compreensão precisa dos setores, subsetores e locais mais relevantes para os impactos na natureza de suas atividades financiadas (consulte a seção 4.2 sobre setores prioritários para ação). Isso deve proporcionar aos bancos a oportunidade de fortalecer ou desenvolver uma política específica relacionada à natureza, que considere como seus negócios impulsionam a exposição a impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza.

Com base em uma análise do conteúdo típico das políticas relacionadas a ESG de bancos internacionais, apresentamos a seguir os principais componentes de uma política de natureza para bancos. Esses elementos podem ser adaptados por cada banco de acordo com seus próprios compromissos de política, processos e escopo de atuação. A estrutura da política em si pode ser adaptada conforme considerado relevante por cada banco. Uma política relacionada à natureza baseia-se na posição geral do banco sobre a natureza e refere-se a um conjunto de diretrizes, processos e regras internas que o banco estabelece e segue para governar suas operações, processos de tomada de decisão e relacionamentos com clientes.

Tabela 4: Sugestão de estrutura e conteúdo de um documento estratégico sobre a natureza

Dimensão	Conteúdo sugerido
Visão	<ul style="list-style-type: none"> Os bancos contribuem para as economias e sociedades que operam dentro dos limites do Sistema Terra
Contexto/ justificativa para a política	<ul style="list-style-type: none"> Informações contextuais sobre a adoção de uma posição sobre a natureza Declaração sobre como o banco reconhece as ligações entre perda de natureza, impactos na natureza, riscos físicos, de transição e sistêmicos Incluir referência a acordos reconhecidos, incluindo o GBF e iniciativas setoriais, incluindo os PRB, compromissos setoriais, incluindo os Princípios do Equador, Compromisso de Financiamento para a Biodiversidade, compromisso de desmatamento da COP27, compromisso do plástico
Escopo de aplicação e vigência	<ul style="list-style-type: none"> Serviços financeiros Setores Clientes - incluindo expectativas precisas para clientes em setores de alto risco Data de vigência
Compromissos de política	<ul style="list-style-type: none"> Análise da exposição a impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza (consulte a orientação acima na seção E deste documento e a descrição de como a avaliação foi feita e o processo existente para gerenciamento contínuo) Engajamento do cliente; requisitos e padrões para clientes Aplicação de salvaguardas e devida diligéncia aprimorada usando, por exemplo, o Padrão de Desempenho 6 da IFC sobre conservação da biodiversidade e recursos naturais vivos;²² verificação de que os produtos e as atividades dos clientes não ocorrem em terras sujeitas a desmatamento ou degradação florestal após a data limite de 31 de dezembro de 2020, conforme a regulamentação da União Europeia sobre produtos livres de desmatamento,²³ etc. Atividades excluídas (por exemplo, atividades em locais de patrimônio mundial da UNESCO,²⁴ zonas úmidas de importância internacional da Convenção de Ramsar²⁵ habitats críticos de acordo com o Padrão de Desempenho 6 da IFC; atividades que envolvam o comércio de espécies da CITES²⁶; atividades com impactos particularmente altos sobre a biodiversidade, como redes de pesca, etc.)
Compromissos e metas de alinhamento de carteira	<ul style="list-style-type: none"> Metas de carteira (por exemplo, volume ou porcentagem da carteira ou montante absoluto fornecido para soluções com impacto positivo na natureza e/ou para finanças de transição).

22 fc.org/en/insights-reports/2012/ifc-performance-standard-6

23 environment.ec.europa.eu/topics/forests/deforestation/regulation-deforestation-free-products_en

24 whc.unesco.org/en/list/

25 ramsar.org/our-work/wetlands-international-importance/ramsar-list

26 Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção gov.br/ibama/pt-br/assuntos/biodiversidade/cites-e-comercio-exterior/convencao-sobre-comercio-internacional-das-especies-da-flora-e-fauna-selvagens-em-perigo-de-extincao-cites

Dimensão	Conteúdo sugerido
Compromissos de relatoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requisitos regulamentares aplicáveis (por exemplo, CSRD na UE, artigo 29 da Lei de Energia do Clima na França) ▪ Compromisso de engajamento com reguladores/entidades supervisoras em apoio às divulgações relacionadas à natureza ▪ Adoção da TNFD como marco de referência para relatórios públicos
Cultura e governança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dispositivos de governança e nível de supervisão e responsabilidade do Conselho para a integração efetiva da natureza na estratégia geral de sustentabilidade ▪ Aumentar a conscientização sobre a perda de natureza e suas implicações para as instituições financeiras e seus clientes ▪ Compromisso com o treinamento de pessoal sobre riscos, dependências e impactos relacionados à natureza e sobre como lidar com eles dentro do escopo das atividades do banco ▪ Mecanismo para incluir a consideração do desempenho na gestão de riscos e impactos relacionados à natureza na avaliação de desempenho do pessoal sênior e do Conselho, e vincular a natureza com descrições de cargos/índices/remuneração.
Recursos e cronogramas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Declaração sobre recursos financeiros e outros recursos a serem comprometidos em apoio à natureza ▪ Horizonte de tempo para a implementação de compromissos e atingimento metas de impacto e/ou de práticas
Gerenciamento de riscos e devida diligência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Meta de desenvolver (ou atualizar, se já existente) e implementar sistemas de gerenciamento de riscos e devida diligência para todos os setores e atividades identificados como sendo de alto impacto na natureza ▪ Visão geral das políticas e processos existentes para gerenciamento de riscos e devida diligência, incluindo aqueles baseados em ecossistemas (florestais, de coral, marinhos, montanhosos), específicos para certos produtos (por exemplo, aplicação dos Princípios do Equador para projetos) e padrões setoriais (transporte marítimo/Princípios de Poseidon, alimentos e agricultura, mineração).
Mecanismos de revisão e atualização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicação do processo e o horizonte de tempo para a revisão e, quando necessário, atualização do posicionamento existente ou para o desenvolvimento de uma estratégia de natureza à luz do desempenho do banco no gerenciamento de riscos e impactos relacionados, da análise de exposição da carteira, dos resultados em engajamento do cliente, das mudanças regulatórias e das expectativas do mercado.
Metas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Metas PRB que são comunicadas publicamente (podem ser adicionadas à política, dependendo do sequenciamento das etapas)

Devida diligência e gerenciamento de riscos

Evitar o financiamento de atividades e clientes que prejudiquem a natureza deve ser uma prioridade. Esse tópico deve ser específico e detalhado na política geral do banco em relação à natureza (mencionada acima) e ter referências cruzadas com abordagens baseadas em ecossistemas (florestais, recifes de coral, marinhos, montanhosos), produtos específicos (por exemplo, aplicação dos Princípios do Equador para projetos) e padrões setoriais (por exemplo, para transporte marítimo, alimentos e agricultura, mineração).

O primeiro grande ponto de entrada para a biodiversidade no setor bancário concentrou-se nos riscos para habitats críticos e para outros locais onde há ativos, além da questão de aplicação de salvaguardas em nível de projeto e de exclusões geográficas. A maioria dos bancos tem alguma experiência, em suas equipes de risco socioambiental, com políticas de natureza baseadas na localização e em exclusões, especialmente se oferecerem financiamento a projetos.²⁷ Ainda hoje, o trabalho de evitar danos, mesmo em locais específicos designados, continua incompleto, e é mais improvável que os bancos assumam compromissos positivos para a natureza ou metas de financiamento sustentável do que os atores da sociedade civil façam cada vez mais campanhas para que eles deixem de financiar atividades específicas de altíssimo impacto e passem a adotar políticas que proíbam qualquer financiamento direto ou indireto relacionado a atividades insustentáveis, extrativistas, industriais, ambientais e/ou socialmente prejudiciais em áreas de alta biodiversidade ou que possam impactá-las.

A ligação do risco de natureza com as políticas e os processos de devida diligência dentro do banco é considerável e complexa (veja, por exemplo, Jobson et al., 2021). Nossa compreensão dos riscos relacionados à natureza foi consideravelmente ampliada e ganhou mais destaque com a TNFD. O número e a complexidade dos riscos relacionados à natureza estão se acelerando, bem como a crescente compreensão da interconexão com o risco climático. A integração da natureza no gerenciamento de riscos e nos procedimentos de devida diligência é essencial para atingir as metas.

Nesse guia, recomenda-se que os bancos adotem:

- **Meta principal: Desenvolver (ou atualizar, caso já exista) e implementar políticas, sistemas de gerenciamento de riscos e processos de devida diligência para todos os setores e atividades específicas nos quais se identifica alto impacto para a natureza.** Essas políticas podem incluir cláusulas sobre quando certos negócios (em nível de cliente ou de transação) não ocorrerão ou em quais casos será necessário realizar devidas diligências adicionais, seguindo diretrizes reconhecidas.

As atividades prejudiciais que exigem políticas e devida diligência aprimoradas devem ser identificadas como parte da avaliação do banco quanto à exposição a impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza, conforme descrito na seção 4.1 deste guia. Normalmente, as políticas incluem matérias-primas que impulsionam a conversão de ecossistemas e o desmatamento, como certas commodities agrícolas, atividades extrativistas, atividades em áreas importantes de biodiversidade ou próximas a elas,²⁸ inclusive aquelas áreas de alto valor de conservação, sob estresse hídrico ou em risco de desmatamento. Essas atividades podem ser indiretas, como o escoamento da produção de clientes agrícolas, o que pode causar danos a ecossistemas particularmente sensíveis, como recifes de coral, ou, por exemplo, negócios rela-

27 O Padrão de Desempenho 6 da IFC e sua aplicação também por meio de bancos que adotam os Princípios do Equador são amplamente considerados um dos primeiros grandes sucessos na integração dos riscos relacionados à natureza ao setor bancário. Os bancos comerciais que aplicam essas salvaguardas o fazem, em grande parte, a partir de uma perspectiva de materialidade financeira.

28 Como, por exemplo, [a categoria de](#) 1 a 6 da IUCN sobre áreas protegidas

cionados a esportes que se deslocam para altitudes mais elevadas nas montanhas e ameaçam as geleiras.

Para saber mais sobre as ações em políticas e processos relacionados à natureza, consulte o suplemento de estudos de caso. Lá se encontram exemplos como o da ANZ sobre a incorporação da natureza em políticas de risco social e ambiental; do BNP Paribas sobre cadeias de abastecimento livres de desmatamento para carne bovina e soja no Brasil; da Barclays com sua Declaração sobre Commodities Florestais e Agrícolas; do ING sobre seu engajamento com clientes agrícolas por meio de sua política de combate ao desmatamento; e do Rabobank com seu Monitor de Biodiversidade para Agricultura e Laticínios Sustentáveis.

Capacitação, cultura e governança (Metas 14 e 21 do GBF)

A natureza e a biodiversidade podem ser vistas como tópicos sem relevância direta para a descrição do cargo e para as atividades diárias de alguns funcionários da organização. É por isso que os bancos devem trabalhar para aumentar a conscientização e a capacidade de seus funcionários, promovendo o desenvolvimento de uma cultura positiva para a natureza, em que todos os funcionários entendam por que é preciso agir em relação à natureza e os meios pelos quais a organização o faz. Isso é essencial para garantir um amplo apoio e a implementação efetiva da política de natureza dentro da organização, além de criar um esforço coletivo para atingir as metas relacionadas ao tema. Novamente, isso deve ser idealmente definido na política geral de natureza (conforme Tabela 4).

O desenvolvimento de capacidades é um componente importante do GBF (especificamente das metas 14, sobre integração, e 21, sobre compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento de capacidades). O Princípio 5 do PRB sobre cultura e governança também é uma base crucial para que os bancos integrem a natureza em sua organização, mitigando seu impacto negativo e aumentando seu impacto positivo.

Nesse guia, recomenda-se aos bancos:

- **Ação prioritária:** Desenvolver uma estratégia relacionada à natureza para que o tema seja explicitamente incorporado na estratégia geral de sustentabilidade do banco.
- **Ação prioritária:** Elaborar uma declaração pública sobre a abordagem do banco em relação à natureza.²⁹
- **Meta adicional:** Treinar [XX]% da equipe sobre as causas e consequências da crise global de perda de natureza, sobre como o setor financeiro contribui para essa perda por meio de atividades financiadas e os tipos de ações que podem ser tomadas para reduzir os riscos e impactos e, assim, aumentar os resultados positivos de acordo com as políticas internacionais e as regulamentações aplicáveis. Além disso, buscar treinar mais detalhadamente [XX]% das equipes de relacionamento com cliente, sustentabilidade e riscos sobre outros marcos de referência, padrões e regulamentações emergentes – por exemplo, da TNFD, do Grupo Consultivo Europeu em matéria de Informação Financeira (EFRAG, na sigla em inglês), e do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB, na sigla em inglês) – bem como sobre dados, ferramentas, métricas e metodologias relacionados à natureza.
- **Meta adicional:** Realizar [XX] vezes por ano uma discussão com a Diretoria Executiva ou com o Conselho de Administração sobre negócios, estratégias, principais ações, planos, progresso e abordagens disponíveis para compreender e gerenciar proativamente os impactos e dependências relacionados à natureza, além de seus riscos e as oportunidades, dentro do escopo de negócios da instituição.
- **Meta adicional:** Buscar incorporar aspectos relacionados à natureza na política de remuneração da alta administração da organização, inclusive para seus Comitês Executivos e membros do Conselho.

Para revisar uma declaração existente relacionada à natureza, consulte o suplemento de estudos de caso e busque a declaração do Crédit Agricole sobre biodiversidade e capital natural.

5.2.2 Engajamento dos clientes (Metas 7, 8 e 14 do GBF)

O engajamento dos clientes com a natureza implica estabelecer diálogo e colaboração para ajudá-los a integrar as considerações relacionadas à natureza em seus negócios, especialmente aqueles que atuam em setores-chave. Isso, em conjunto, apoiará o alinhamento entre os negócios do banco com seus clientes e os objetivos e metas do GBF. Esse engajamento também deve ser feito em harmonia com os esforços climáticos (e outros tópicos vinculados, como economia circular e direitos humanos), na medida do

29 A TNFD afirma que as divulgações relacionadas à natureza devem ser publicadas juntamente com as demonstrações financeiras, como parte do mesmo pacote de relatórios.

possível. Nessa toada, o Instituto Cambridge para Liderança em Sustentabilidade (CISL, na sigla em inglês) e seus parceiros publicaram recentemente um guia de engajamento intitulado [Vamos discutir a natureza com o clima: guia de engajamento](#), fornecendo orientações úteis sobre a integração da natureza na gestão do relacionamento com o cliente de um banco.

O sucesso do banco nesse sentido dependerá, em grande parte, da qualidade de seu processo de identificação, bem como do relacionamento e da construção do diálogo com seus clientes. O banco deve procurar dar suporte aos clientes na transição de suas práticas e/ou modelos de negócios, acompanhando-os estrategicamente por meio de uma variedade de canais de relacionamento com o cliente.

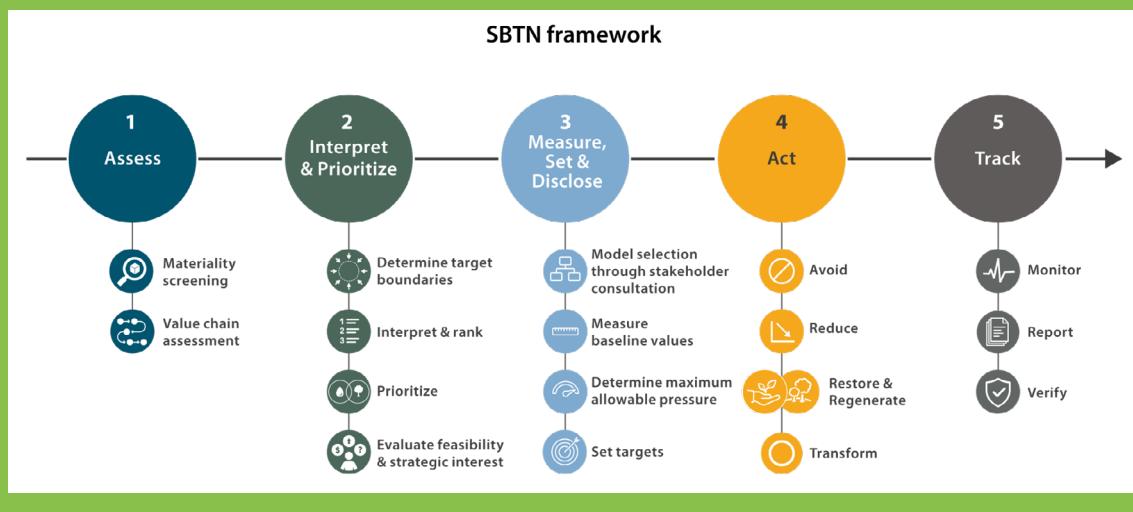
O banco pode utilizar desde campanhas de conscientização até o engajamento de clientes específicos, de acordo com seu perfil de impacto e planos de transição, passando pela estruturação de soluções de financiamento sob medida para a transição verde dos clientes. Outro aspecto a ser destacado aqui é a definição de requisitos para que os clientes divulguem determinados aspectos que permitam que o banco avalie melhor seus impactos e riscos relacionados à natureza. Por exemplo, quando o cliente relata dados de rastreabilidade é possível “localizar” a natureza ao longo de cadeias de suprimentos, permitindo que o banco tenha uma visão mais precisa do risco, mesmo que o cliente ainda não divulgue os impactos. Também é importante lembrar das orientações contidas nos Princípios do Equador para que os bancos solicitem a seus clientes a divulgação de dados relacionados à biodiversidade nos meios apropriados.

Recomendações da SBTN sobre engajamento dos clientes de acordo com os limites da Terra e as metas sociais

Em maio de 2023, a SBTN lançou os primeiros métodos sobre como as empresas podem avaliar seus impactos na natureza e, em seguida, definir metas baseadas na ciência para a natureza (passos de 1 a 3 no marco de referência abaixo), começando com água doce e terra. O método para água doce aconselha sobre metas de quantidade e qualidade, de acordo com a retirada máxima de água ou carga de nutrientes para bacias hidrográficas prioritárias. Em 2023, 17 multinacionais estão testando as primeiras metas baseadas na ciência para a natureza. Os lançamentos futuros incluirão metas para oceanos e orientações para medição, relatoria e verificação.

Como parte do engajamento dos clientes descrito nesta seção, a SBTN incentiva todos os bancos a trabalharem com os principais clientes na definição de metas baseadas na ciência para a natureza. A SBTN aconselha a priorização de clientes em setores de alto risco e com base na esfera influência de seu banco (passo 2 na figura abaixo). A SBTN incentiva os bancos a não apenas solicitar aos clientes que estabeleçam metas, mas também que os acompanhe e apoie nesse processo (por exemplo, com um empréstimo vinculado à sustentabilidade). Isso proporciona um incentivo e, ao mesmo tempo, permite um aprendizado mutuamente benéfico que pode alimentar futuras atualizações dos métodos, ferramentas e orientações da SBTN.

Marco de referência em 5 passos das metas baseadas na ciência para a natureza



Vários bancos dos PRB já estão engajando ativamente clientes em setores prioritários da natureza.

Para ver ações reais de engajamento, incentivamos buscar o suplemento de estudos de caso. Nele há exemplos como o da ANZ com clientes nos setores de carne e energia; os empréstimos vinculados à sustentabilidade do Barclays no setor imobiliário; o engajamento do BBVA com clientes dos setores de energia e serviços para desenvolver empréstimos vinculados à pegada hídrica; o engajamento do BNP Paribas com clientes de carne, soja e óleo de palma; e o engajamento do Rabobank com o setor de laticínios e agricultura.

5.2.3 Mobilização de recursos financeiros (Objetivo D e Meta 19 do GBF)

Uma das principais funções de um banco com relação ao impacto é onde e como ele pode direcionar capital, e se essa mudança nos fluxos financeiros e na composição da carteira apoia uma mudança líquida no impacto positivo ou negativo. Portanto, ao se construir metas de impacto, é relevante categorizar e rastrear os fluxos financeiros e as proporções de atividades financeiras dedicadas a atividades relacionadas à natureza. Obviamente, nem todo o uso de recursos por parte dos clientes é conhecido, por exemplo, em empréstimos corporativos para fins gerais. Por isso, os bancos devem analisar o desempenho do cliente como um todo, e não as atividades individuais. Os signatários dos PRB devem atender especificamente ao apelo do objetivo D e da meta 19 do GBF para direcionar mais financiamento para a natureza.

Categorização da carteira

Na prática, para atingir as metas de composição da carteira, os signatários dos PRB devem ser capazes de categorizar amplamente as transações de financiamento, determinando se elas são "positivas" ou se contribuem para o GBF; se apresentam oportunidades para o financiamento da transição; ou se, de fato, devem ser motivo de preocupação ou acionamento de salvaguardas. As definições e abordagens relacionadas ao financiamento da natureza são inspiradas e projetadas para, eventualmente, serem interoperáveis com os esforços relevantes sobre o financiamento da transição climática.

A análise setorial realizada no âmbito da avaliação fundamentalista designa os setores entre "positivos" e "negativos". A seguir são propostas três categorias para categorização dos clientes e de suas atividades, desde as mais positivas para a natureza (que devem ser buscadas ativamente) até as negativas para a natureza (que devem ser evitadas). A grande maioria dos financiamentos de um banco típico estará na categoria de intermediária, de transição (clientes que pertencem aos setores negativos, mas têm oportunidade de transição).

1. Clientes e projetos positivos para a natureza (buscar):

Financiamento ou facilitação de entidades e atividades que desenvolvem e ampliem a conservação, a restauração ou o uso sustentável, atendendo particularmente às metas de 1 a 3 e 11 do GBF. Os bancos devem definir de forma transparente e clara o que definem como "positivo para a natureza", fazendo referência cruzada às metas de impacto do GBF (veja a caixa de texto abaixo para uma definição ilustrativa do que é "financiamento positivo para a natureza). Os bancos com níveis mais altos de ambição podem considerar também a Meta 14 do GBF: a proporção de financiamento em soluções positivas que alcança os guardiões da natureza, incluindo povos indígenas, comunidades locais e mulheres. Espera-se que, de início, essas soluções sejam uma pequena proporção da carteira do banco, dado o desafio de desenvolver produtos financeiros relevantes. Para conversões de dívidas, apenas a proporção do financiamento alocado para atividades de conservação e gerenciamento de ecossistemas deve ser contabilizada para a meta positiva para a natureza. Essas são atividades que provavelmente estão presentes no pilar "Contribuição substancial" de uma taxonomia de financiamento sustentável, como a da UE.

2. Clientes em setores/atividades negativos passíveis de transição (engajar):

- a. Financiamento da transição:** financiamento ou facilitação de entidades e atividades que direcionam o capital para atividades de transição com indicadores chave de desempenho relacionados à natureza. Isso pode incluir atividades na agricultura para melhorar os resultados em termos de biodiversidade.
- b. Em fase de engajamento:** quando os clientes ainda estão sendo engajados para incentivar o desenvolvimento de planos de transição, metas baseadas na ciência ou outras ações. Em última análise, clientes e atividades classificados assim devem levar a novas oportunidades de financiamento, conforme descrito acima (ou seja, financiamento da transição).

3. Clientes em setores/atividades negativos não transicionáveis (eliminar/evitar)

Atividades carimbadas para serem evitadas de acordo com fontes confiáveis (consulte a seção 5.2). Essas são atividades para as quais nenhum planejamento de transição é possível ou o cliente não está disposto a mudar de verdade após um período de engajamento. Isso pode incluir financiamentos históricos que tenham sido identificados como contraditórios a uma política relacionada à natureza, que não seriam aprovados nas circunstâncias atuais. Essa categoria pode ser menos útil para a natureza do que para o clima, pois a maioria dos empréstimos e investimentos será para empresas com uma combinação de atividades com diferentes graduações de impacto. Para transações baseadas em ativos, ela pode ser especialmente útil.

Tabela 5: Principais estratégias para desviar o financiamento dos resultados negativos rumo aos positivos

Clientes e projetos positivos para a natureza	Clientes em setores/atividades negativos passíveis de transição		Clientes em setores/atividades negativos não transacionáveis
	Financiamento da transição	Em fase de engajamento	
Atividades que atingem as metas de impacto positivo do GBF	Produtos que ajudam os clientes a mudar de atividades prejudiciais para atividades neutras ou positivas para a natureza	Oportunidades identificadas, mas ainda não operacionalizadas, para o engajamento do cliente (por exemplo, definição de metas relacionadas à natureza, elaboração de plano de mitigação)	Atividades prejudiciais em que não há possibilidade de transição: designar para liquidação

Uma diferença significativa entre a abordagem acima e o financiamento da transição climática é que pouquíssimas empresas têm planos de transição relacionados à natureza—ou ao clima—que empreguem soluções baseadas na natureza. Além disso, o tema da natureza ainda carece de cenários que possam ajudar a determinar se o financiamento está alinhado ou não com os objetivos e metas do GBF. No entanto, alguns esforços valiosos têm sido feitos nesse sentido, como o [cenário do IPR sobre políticas e natureza](#) e o recente trabalho realizado pela Business for Nature, CEBDS e Fórum Econômico Mundial sobre Transições Setoriais Positivas para a Natureza na Indústria. O módulo de biodiversidade do ENCORE também oferece algum suporte em nível de carteira, mas fica aquém nas transações individuais.

Além disso, as **taxonomias de finanças sustentáveis** que definem atividades positivas para a natureza ainda estão engatinhando em relação ao clima e cobrem apenas uma minoria dos tipos de atividades financiadas pelos bancos. Por fim, atualmente as empresas não estão coletando e divulgando os dados relevantes que permitiriam uma classificação de "positivas para a natureza" em nível de empresa, restringindo-se ainda aos dados climáticos. Espera-se, no entanto, que haja rápidas melhorias nesse sentido. É imperativo que as dificuldades acima não impeçam os bancos de iniciar o processo de definição de metas conforme descrito neste guia.

É importante reconhecer também que o uso dos recursos provenientes de empréstimos bancários pode gerar impactos adicionais na natureza. Por isso, o ideal é que esses impactos também sejam levados em conta na medida do possível. No entanto, os bancos nem sempre sabem o uso dos recursos em uma transação. Nesses casos, a categorização será baseada no setor geral ou nas principais atividades do cliente e, quando apropriado, os impactos ou as principais ações de mitigação deverão ser cobertos por cláusulas contratuais. Por outro lado, é importante observar que, quando o uso dos recursos é conhecido, os impactos associados ao setor geral do cliente ainda precisam ser levados em conta.

Definição ilustrativa de financiamento "positivo para a natureza"³⁰ para bancos e clientes/empresas

Embora o termo "positivo para a natureza" não esteja definido na Marco Global da Biodiversidade, estão sendo feitos esforços para estabelecer um consenso e critérios para a credibilidade e a auditabilidade desse conceito, promovendo sua integridade e implementação. O principal ator nesse sentido é a iniciativa "Nature Positive". Em termos gerais, o termo é usado para descrever um mundo em que a natureza - especialmente a biodiversidade, que inclui espécies, genes e ecossistemas - está sendo restaurada e está se regenerando em vez de diminuir, semelhante ao conceito de "emissões líquidas zero" (*net zero*) no âmbito climático. Neste guia, o termo é usado para se referir a ações que reduzem os riscos e impactos negativos relacionados à natureza e promovem impactos positivos nela.

Similarmente ao *net zero* no espaço climático, para poder proporcionar um futuro positivo para a natureza, o mundo precisa ser capaz de medir o progresso, mas, ao contrário do clima, atualmente não temos as ferramentas para fazê-lo.³¹ Uma característica fundamental de qualquer medição confiável inclui uma linha de base e um limite acima do qual a natureza é restaurada. Portanto, "positivo para a natureza" no nível de um banco é muito mais difícil de medir. No nível de uma tradução financeira individual, podemos considerar uma ação transacional "positiva para a natureza" quando ela faz uma contribuição positiva definida para a natureza e para os serviços ecossistêmicos, particularmente quando recompensa os guardiões da natureza por seu papel para a conservação.

No contexto da definição de metas em finanças positivas para a natureza, os bancos podem querer destinar para a natureza uma proporção de sua meta geral de finanças sustentáveis (fazendo referência à categorização acima). Uma definição ilustrativa para isso é:

"O financiamento positivo para a natureza inclui transações que fazem uma contribuição líquida positiva para a natureza e para seus guardiões por meio de empréstimos ou investimentos, ou ainda seguros ou redução de risco creditício; ou atividades que fazem uma contribuição positiva para a conservação, restauração, uso sustentável e/ou acesso e compartilhamento de benefícios, conforme prioridades urgentes definidas nos objetivos e metas da Marco Global da Biodiversidade"

30 Alguns esperavam que o GBF definisse esse termo, mas isso não aconteceu, e o termo "positivo para a natureza" não aparece no texto do GBF. Nesse sentido, a Iniciativa Financeira do PNUMA acompanhará o trabalho da iniciativa "Nature Positive".

31 iucn.org/resources/file/summary-towards-iucn-nature-positive-approach-working-paperrg/

No nível do cliente/empresa, uma abordagem "positiva para a natureza" pode ser entendida como uma combinação de integração da natureza em toda a organização com mudanças nos processos, que reduzam os riscos e os impactos e gerem benefícios em termos de conservação, restauração e uso sustentável e equitativo.

Critérios existentes para definir atividades alinhadas com os objetivos de natureza

As taxonomias de finanças sustentáveis fornecem orientações claras sobre o que pode ser considerado positivo para a natureza em termos gerais. O pilar "Contribuição substancial" da [taxonomia da UE \(Taxo4\)](#), listado abaixo, pode ser considerado, grosso modo, o equivalente a atividades "positivas para a natureza".

Categorias da Taxo4:

Mais relevantes:

- O uso sustentável e a proteção dos recursos hídricos e marinhos
- A proteção e a restauração da biodiversidade e dos ecossistemas

Pode ser relevante:

- A transição para uma economia circular
- Prevenção e controle da poluição

Na ausência de critérios precisos aplicáveis às atividades positivas para a natureza em uma determinada jurisdição, os bancos podem analisar esta e outras taxonomias de finanças sustentáveis. Uma pequena seleção de marcos de referência foi desenvolvida por agentes do mercado nos últimos anos para definir atividades alinhadas com os objetivos da natureza. A tabela abaixo apresenta uma breve visão geral dos principais pontos de cada marco de referência.

Tabela 6: Marcos de referência existentes e fontes confiáveis para definir atividades alinhadas com os objetivos da natureza

Recursos	Aplicável a	Notas
Taxonomias de finanças sustentáveis, bem como a Taxo4 da UE	Objetivos da taxo4, a saber: água e mar, a transição para uma economia circular, a prevenção da poluição e a proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas	O pilar "contribuições substanciais" foi criticado por não apoiar suficientemente a necessidade de financiamento de transição
Guia de Referência para Financiamento da Biodiversidade da IFC	Todos os clientes que operam nos setores de negócios mencionados no guia, incluindo agricultura, silvicultura, pesca, tratamento de água, infraestrutura etc.	Similarmente ao pilar "contribuições substanciais" da taxonomia da UE, os bancos encontrarão mais oportunidades "positivas para a natureza" do que atividades semelhantes à sua carteira

Recursos	Aplicável a	Notas
Diretrizes para Títulos Azuis	Diretrizes para emissores soberanos e corporativos para títulos que apoiam o ODS 14 - Vida debaixo d'água	A nova orientação global ajuda a definir a tipologia da economia azul e os critérios de elegibilidade, além de sugerir indicadores chave de desempenho
Recursos da Iniciativa Financeira para a Economia Azul Sustentável	Finanças ligadas aos oceanos/ecossistemas marinhos, com abordagens setoriais	<p>Diretrizes para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Frutos do mar, transporte marítimo, desenvolvimento de portos, energias renováveis offshore, turismo costeiro ▪ Infraestrutura costeira, gerenciamento de resíduos sólidos ▪ Exclusões recomendadas ▪ Mineração em mar profundo ▪ Petróleo e gás offshore ▪ Dragagem e extração de agregados marinhos
Transições positivas para a natureza de setores industriais	Todos os clientes que operam em setores mencionados no guia, incluindo químico, agro-negócio, energia, cimento e concreto	
Trabalhos em andamento da Coalizão para Investimento Privado em Conservação (CPIC)	Uma coalizão de organizações dos setores público e privado focada em criar condições para o aumento do investimento privado em conservação	Entre outras ações, o CPIC tem como objetivo facilitar a ampliação do investimento em conservação por meio da criação de modelos (ver "blue-prints") de projetos escaláveis e replicáveis.
Marco de Referência Comum para Taxonomias de Finanças Sustentáveis na América Latina e no Caribe	Em desenvolvimento em cada país	

Produtos financeiros relacionados à natureza

O desenvolvimento de produtos financeiros que gerem benefícios e ajudem na transição em setores onde os riscos foram identificados é uma parte importante das contribuições do banco para alinhar seu financiamento ao GBF e para fechar a lacuna de financiamento da natureza. O ideal é que produtos financeiros personalizados sejam o resultado de um engajamento bem-sucedido com os clientes (consulte a seção anterior). A presente seção analisa os desenvolvimentos, os recursos disponíveis e os exemplos de a) finanças positivas para a natureza e b) finanças de transição, embora,

na prática, essas categorias possam se sobrepor. Outras organizações, como a [CPIC](#), também oferecem recursos detalhados sobre esse tópico (Denke *et al.*, 2023). Além disso, o Módulo de Avaliação da Ferramenta de Análise de Impacto para Bancos da Iniciativa Financeira do PNUMA³² pode ser usado para coletar dados e monitorar a prática atual, apoiando na definição de metas em relação ao fornecimento de produtos e serviços financeiros.

Os bancos têm um papel essencial a desempenhar como inovadores e engenheiros financeiros, que podem aplicar seus talentos para desenvolver novas soluções para a natureza baseadas no mercado. Um número cada vez maior de instrumentos financeiros é dedicado a financiar a conservação e a restauração da natureza. Alguns exemplos já existentes³³ estão listados abaixo.

32 [Ferramenta de análise de impacto para bancos - Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente \(unepfi.org\)](#)

33 De acordo com a análise conduzida por Adhiti Gupta para o PNUMA, no prelo.

Tabela 7: Exemplos de financiamento "positivo para a natureza" no mercado

Atividade financeira	Descrição
Veículos de investimento coletivo	Agregar capital entre vários investidores. Uma abordagem que permita agregar diversos pequenos projetos relacionados à natureza pode permitir atender aos requisitos de risco-retorno de investidores com orientação comercial.
Títulos	Quando estruturados adequadamente, os títulos podem ser um mecanismo eficaz para obter financiamento para projetos de grande escala relacionados à natureza ou a atividades de transição, ou até mesmo para sustentar a conversão de dívida em natureza. Os títulos vinculados à sustentabilidade com indicadores chave de desempenho relacionados à natureza são poucos, mas estão aumentando.
Empréstimos	Os empréstimos vinculados à sustentabilidade com indicadores chave de desempenho relacionados à natureza são poucos, mas estão aumentando. Enquanto isso, para o financiamento climático esses empréstimos já são numerosos.
Instrumentos de mitigação de risco, como garantias de crédito	As garantias reduzem o risco associado ao mutuário, enquanto o seguro (normalmente não fornecido pelos bancos) pode oferecer uma compensação se um risco específico se concretizar.
Créditos de carbono de alta qualidade e alta integridade	Os créditos de carbono têm o potencial de compensar as emissões de uma forma que também interromperia e possivelmente reverteria a perda de natureza.
Créditos de biodiversidade	Destinam-se a gerar resultados positivos mensuráveis para espécies, ecossistemas e habitats naturais. O mercado para esses produtos é incipiente e sua concepção precisa amadurecer ainda mais.

Há diretrizes e orientações específicas que os bancos devem conhecer e seguir para preservar a integridade do mercado. Vários deles estão descritos na Tabela 6. Por exemplo, para títulos relacionados aos oceanos, ou títulos azuis, o guia para títulos fornece aos participantes do mercado critérios, práticas e exemplos precisos. Como atualmente há pouquíssimas oportunidades de financiamento da conservação e da restauração já encaminhadas,³⁴ as oportunidades de financiamento puramente "positivas para a natureza" provavelmente serão bem menores no curto prazo em comparação com o financiamento da transição.

O financiamento da transição é uma parte muito importante para a migração de financiamentos de impacto negativo rumo a resultados positivos ou neutros. Seguindo a abordagem do financiamento para a transição climática, os indicadores chave de desempenho relacionados ao impacto na natureza podem, em teoria, ser aplicados a qualquer forma de transação bancária, seja ela de dívida, de capital ou mista (consulte a [Lista de Setores Chave para a Natureza](#) e a Tabela 8). Os bancos podem desenvolver projetos pilotos para destacar a viabilidade do financiamento da transição em setores prioritários que tenham altos impactos/dependências na natureza. Isso pode ser feito em colaboração com governos, bancos multilaterais de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais, a fim de reduzir os custos e os riscos dessas transações e ajudando a atrair investimentos do setor privado.

O Fórum Econômico Mundial [sugeriu](#) uma série de atividades de transição que poderiam gerar 10,1 trilhões de dólares em oportunidades de negócios e 395 milhões de empregos até 2030. Junto da **Business for Nature** e do CEBDS, também desenvolveu orientações específicas para 12 setores. As ações setoriais específicas se baseiam nas ações gerais que as empresas devem adotar para deter e reverter a perda de natureza e contribuir para uma economia equitativa e positiva para a natureza. Para os setores relacionados a alimentos, a Unidade de Financiamento Climático do PNUMA trabalha para desbloquear e ampliar o financiamento privado para o uso sustentável da terra, apoiando iniciativas de **blended finance** para commodities agrícolas. O faz através da combinação de dívidas públicas subordinadas júniores, garantias de crédito e subsídios com dívidas sêniores de bancos comerciais. Dessa forma, mitiga os custos e os riscos da transição para o uso sustentável da terra, evitando o desmatamento, reabilitando a terra degradada e envolvendo pequenos agricultores nas cadeias globais de valor.³⁵

Para explorar ações tangíveis em finanças relacionadas à natureza, encorajamos você a explorar o suplemento de estudos de caso. Nele, poderá ver exemplos como o da ANZ sobre financiamento vinculado à sustentabilidade nos setores de carne e energia; os Créditos de Natureza Florestal do Bank of Ireland; Empréstimos Vinculados à Sustentabilidade da Barclays no setor imobiliário; o novo fundo sustentável para agroindústria do Crédit Agricole; e o Título Azul do BBVA para conservação e eficiência no uso da água e para infraestrutura hídrica, além de seus empréstimos vinculados à pegada hídrica nos setores de energia e de serviços de utilidade pública.

34 Embora organizações como a NatureFinance (naturefinance.net), a UICN (iucn.org/news/nature-based-solutions/202011/nature-accelerator-fund-ready-investors) e a CPIC (cpicfinance.com) estejam trabalhando para desenvolver oportunidades.

35 Consulte wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/31216/FSLU.pdf?sequence=1

Tabela 8: Fontes reconhecidas internacionalmente para definir indicadores chave de desempenho relacionados à natureza em produtos financeiros

Principais fontes:

- EPANB do(s) país(es) ao(s) qual(is) o financiamento se refere, de preferência atualizadas (mas podem ser usadas versões preliminares ou anteriores para discussões com as partes interessadas)
- Indicadores chave de desempenho presentes em outras políticas e/ou regulações existentes no país para tópicos ou setores específicos (por exemplo, para água, desmatamento ou diversidade genética).

Outras fontes reconhecidas internacionalmente:

Em guias e marcos de referência:

- Métricas da TNFD, incluindo as "principais métricas globais" que se aplicam a todos os setores e "principais métricas setoriais" para cada setor, além das métricas de avaliação³⁶
- Primeiros [lançamentos](#) da SBTN para água doce e terra, além das orientações técnicas para empresas
- [Métricas](#) do programa GEF para benefícios ambientais globais
- [Catálogo](#) IRIS+ de conjuntos de principais métricas geralmente aceitas por Tema ou ODS para investidores do GIIN³⁷
- [Indicadores](#) do IIED para resultados de natureza na gestão de dívidas
- [Registro](#) de indicadores da ICMA para Títulos Vinculados à Sustentabilidade
- [Diretório](#) de Impacto Positivo no Financiamento do Uso Sustentável da Terra do PNUMA. O diretório sugere 25 indicadores de impactos positivos em cinco categorias de impacto relacionadas ao financiamento do uso da terra: florestas, clima, biodiversidade, meios de subsistência e produção sustentável.

Abordagens técnicas/métricas:³⁸

- [Métrica STAR](#)
- [Abundância média de espécies](#)
- [Em desenvolvimento: Índice de Integridade Ecológica](#)
- [Biodiversity Metric 4.0 da Natural England](#)
- [Outras ainda sendo pilotadas](#)

Consultoria técnica

Além de fornecer financiamento positivo para a natureza e da transição, os bancos também podem oferecer assistência técnica para estruturar ou agrupar transações, pro bono ou a taxas consideravelmente reduzidas. O público-alvo pode consistir em clientes, agências estaduais de proteção ambiental e pequenas organizações de impacto.

36 Consulte o Anexo 1 da guia da TNFD sobre a abordagem LEAP: tnfd.global/publication/additional-guidance-on-a-sessment-of-nature-related-issues-the-leap-approach/

37 No âmbito do investimento no uso sustentável da terra, o PNUMA e o IRIS+ colaboraram estreitamente no alinhamento das métricas. Por exemplo, o hub de uso da terra do PNUMA (desenvolvido pelo PNUMA-CMCM) escolheu os indicadores mais relevantes do IRIS+ para criar seu diretório de impactos positivos. Além disso, o recém-lançado benchmark agrícola do IRIS+ usou a maioria dos indicadores de impacto positivo do PNUMA. Ambas as organizações acreditam que o alinhamento e a harmonização de metas e métricas são de interesse dos investidores.

38 Os bancos também podem consultar o Anexo 2 da abordagem LEAP da TNFD, que contém orientações sobre a medição de mudanças no estado da natureza, se desejarem outras abordagens e métricas técnicas. A TNFD também publicará um documento de discussão sobre métricas de pegada de biodiversidade no quarto trimestre de 2023.

Metas para a carteira

Os bancos devem procurar categorizar sua carteira usando as categorias mencionadas no Capítulo 5. Embora de forma desigual, o cenário em torno dos bancos está mudando rapidamente e é preciso estar a postos caso o acompanhamento de indicadores de natureza e até mesmo sua divulgação se tornem obrigatórios, como na Taxa de Ativos Verdes (GAR, na sigla em inglês) da UE. O GAR é um indicador obrigatório para os bancos da UE, destinado a fornecer uma medida padrão e comparável da porcentagem dos ativos de um credor investidos em projetos e atividades ambientalmente sustentáveis. Os bancos podem desenvolver metas de processo em torno da proporção de financiamento em diferentes categorias, embora isso provavelmente seja menos significativo do que para o clima neste momento em que há proporcionalmente muito pouca atividade bancária que se enquadra em "buscar" ou "evitar". Em vez disso, a grande maioria das atividades provavelmente estará na faixa intermediária das oportunidades de transição.

Nesse guia, recomenda-se aos bancos:

- **Meta principal:** Fornecer [XX] milhões/bilhões em volume de empréstimos/facilitação nos mercados de capitais para contribuir para o fechamento da lacuna de financiamento da biodiversidade, (conforme definido pelo Objetivo D do GBF), ou seja, empréstimos a governos e/ou empresas para soluções positivas para a natureza, restauração ou proteção de ecossistemas terrestres e/ou marinhos (conforme detalhado nas metas de 1 a 4 e de 9 a 13 do GBF).
- **Meta principal:** Fornecer [XX] milhões/bilhões em volume de empréstimos/facilitação nos mercados de capitais para o financiamento da transição de clientes em setores identificados como prioritários (por exemplo, através títulos/empréstimos vinculados à sustentabilidade com indicadores chave de desempenho relacionados à natureza definidos para demonstrar e incentivar a redução de impactos negativos).
- **Meta principal:** Uma meta para eliminar gradualmente o financiamento de atividades mais prejudiciais, conforme identificado pelo consenso geral das ciências. Como último recurso, com base em sua avaliação individual de materialidade, os bancos talvez precisem eliminar gradualmente o financiamento às atividades mais prejudiciais selecionadas. Essa transição precisa ser orientada por uma perspectiva científica sobre a necessidade de reduzir os danos. Embora a eliminação gradual das atividades mais prejudiciais seja necessária do ponto de vista científico, é preciso entender melhor suas consequências para os bancos, especialmente ao lidar com clientes cujos negócios geralmente abrangem uma série de atividades. Em vez de desinvestir totalmente, o engajamento do cliente é uma ferramenta mais prudente, a priori, incentivando uma transição que evite as atividades mais prejudiciais até que sejam desenvolvidas abordagens conceituais mais nítidas para os bancos.
- **Meta adicional:** Alocar [XX] milhões/bilhões em volume ou % do financiamento climático (tanto de mitigação quanto de adaptação) para atividades relacionadas à natureza.

Ao eliminar gradualmente o financiamento de atividades prejudiciais e, ao mesmo tempo, aumentar os empréstimos para atividades positivas para a natureza e fornecer financiamento de transição para clientes nos setores prioritários, os bancos alinharão progressivamente sua carteira com os objetivos da Marco Global da Biodiversidade.

A Ferramenta de Análise de Impacto para Bancos da Iniciativa Financeira do PNUMA pode ser usada para coletar dados sobre a composição da carteira, acompanhar o status de engajamento e controlar o fornecimento de produtos e serviços especializados, permitindo definir metas de prática.

Engajamento das partes interessadas/Advocacy e parcerias

Como parte de um conjunto mais amplo de atividades e estratégias, um banco pode considerar a possibilidade de se envolver em advocacy com os formuladores de políticas e desenvolver parcerias com outros atores, especialmente aqueles que podem fornecer experiências e conhecimentos científicos que o próprio banco talvez não tenha.

O objetivo dessas atividades pode ser o de apoiar mudanças positivas nas políticas públicas para direcionar ou incentivar as empresas da economia real a fazerem a transição para atividades positivas para a natureza. Também pode se expressar em apoio a pesquisas adicionais e outras atividades para melhorar a compreensão dos impactos e dependências e riscos e oportunidades da natureza.

Nesse guia, recomenda-se aos bancos:

- **Ação prioritária:** Engajar-se com os formuladores de políticas para fornecer insumos à medida que eles desenvolvem/revisam e implementam suas EPANB e seus Planos Nacionais de Financiamento da Biodiversidade a fim de apoiar planos de ação e políticas financeiras ambiciosas, transformadoras e pragmáticas, com o intuito de impulsionar os fluxos financeiros e a mobilização de recursos e, assim, atender à visão, aos objetivos e às metas do GBF. Esse engajamento pode se materializar por meio de associações e coalizões do setor financeiro.
- **Ação adicional:** Considerando o importante papel das mulheres, dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais na gestão bem-sucedida da biodiversidade e dos ecossistemas, busque o engajamento ativo com essas comunidades para determinar como refletir suas preocupações em relação à natureza nas estratégias do banco e para vincular de forma mais eficaz as atividades de conservação da natureza e de gestão de ecossistemas em um determinado contexto.³⁹ Os bancos PRB devem procurar promover proativamente soluções lideradas pela comunidade.
- **Ação adicional:** Colaborar proativamente com a sociedade civil, grupos de pesquisa, institutos, universidades, organizações internacionais e governos (nacionais e subnacionais) a fim de apoiar os esforços para melhorar a compreensão dos impactos e dependências da natureza, e dos riscos e oportunidades relacionados, incluindo pesquisa científica e provisão de dados.
- **Ação adicional:** Colaborar com pares e provedores de dados para apoiar o desenvolvimento de dados e métricas relacionados à natureza que tenham robustez e ampla aceitação e que permitam a identificação e a análise de impactos e dependências e de riscos e oportunidades relacionados à natureza.

³⁹ Os bancos podem consultar a orientação da TNFD sobre o engajamento com povos indígenas, comunidades locais e partes interessadas afetadas em: tnfd.global/publication/guidance-on-engagement-with-indigenous-peoples-local-communities-and-affected-stakeholders/

Reconhecendo a importância de alinhar suas ações internas com o imperativo da conservação da natureza, os bancos precisam se comprometer a promover a coerência interna e a colaboração entre todos os departamentos e verticais para trabalhar coletivamente, garantindo que suas políticas, práticas e iniciativas apoiem consistentemente os interesses da natureza. Por meio de uma abordagem interna unificada, os bancos podem se envolver com os formuladores de políticas de forma mais coesa e eficaz, atendendo, assim, aos melhores interesses de todas as partes interessadas e integrando considerações relacionadas à natureza em toda a organização.

Muitos bancos dos PRB estão envolvidos ativamente com partes interessadas chave. Por exemplo, muitos são membros da TNFD, participam de seus pilotos e são signatários do Finance for Biodiversity Pledge. Para conhecer ações adicionais existentes relacionadas ao envolvimento de partes interessadas, consulte o suplemento de estudos de caso com exemplos do Bank of Ireland, que se envolveu com o governo irlandês para desenvolver Créditos de Natureza Florestal; do Rabobank, que colaborou com a filial holandesa da WWF, organizações de agricultores, parceiros na cadeia de abastecimento de alimentos, usuários de terra, consumidores, academia e governos locais; além das colaborações da Crédit Agricole S.A. com iniciativas nacionais e internacionais para entender melhor os impactos e riscos da perda de biodiversidade e das oportunidades para sua preservação, conservação e restauração.

6. Exemplos hipotéticos de metas

Pode ser um desafio para os bancos conceberem metas adequadas com tão poucos exemplos no mercado a serem seguidos. Este capítulo fornece alguns exemplos hipotéticos como inspiração, relacionando as circunstâncias do banco com a forma como ele pode priorizar a natureza adequadamente.

Banco hipotético e seus principais riscos/dependências/impactos na carteira	Exemplos de metas para lidar com os riscos/dependências/impactos identificados e oportunidades relacionadas
Banco de médio porte focado em agricultura e cadeias de fornecimento nos biomas da Amazônia e do Cerrado no Brasil. Riscos regulatórios relacionados ao desmatamento. Impactos relacionados à terra, ao clima, à biodiversidade e à água, especialmente ligados à intensificação da pecuária.	<p>Políticas: 100% dos novos empréstimos e investimentos ligados à pecuária estão aplicando o marco de referência ambiental do IFACC (Innovative Finance for the Amazon, Cerrado and Chaco).⁴⁰</p> <p>Engajamento do cliente: 80% dos clientes existentes em setores de alto impacto estão engajados para conhecer o marco de referência. 60% o adotam até 2025.</p> <p>80% dos fornecedores diretos dos clientes são rastreados e 80% do gado em toda a carteira é rastreado, incluindo 100% nas áreas de alto desmatamento.</p> <p>Metas de impacto: Quantidade de emissões de carbono evitadas pelos clientes que aplicam o marco de referência: em tCO₂.</p> <p>Área estimada de conversão de ecossistema natural evitada em toda a carteira: % de redução anual até 2030.</p>

40 Consulte em nature.org/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/tnc-environmentalframeworkcattle.pdf.

Banco hipotético e seus principais riscos/dependências/impactos na carteira	Exemplos de metas para lidar com os riscos/dependências/impactos identificados e oportunidades relacionadas
<p>Grande banco agrícola nacional que apoia produtores emergentes e negros de açúcar e frutas em biomas de pastagens na África do Sul. Vários problemas de estresse hídrico e esgotamento de águas subterrâneas. Muitas áreas agrícolas adjacentes a áreas protegidas nacionais e provinciais e outras áreas-chave de biodiversidade, incluindo habitats sensíveis de zonas úmidas. Neste caso, a análise das dependências pode ser particularmente importante, pois as atividades do cliente influenciam consideravelmente as principais bacias hidrográficas estratégicas em uma área com estresse hídrico, onde há alta dependência da água para a economia e para os meios de subsistência.</p>	<p>Gerenciamento de riscos: Política de direitos humanos e aplicação de devidas salvaguardas sociais.</p> <p>Engajamento do cliente: 100% dos novos clientes realizaram avaliações de linha de base ambiental, seguindo o WWF-SA, Bonsucro ou outra referência reconhecida. 100% dos clientes existentes a menos de 80 km de uma área-chave de biodiversidade realizaram avaliações.</p> <p>Todos os clientes que desejam recebem um mapeamento subsidiado/gratuito realizado para identificar a melhor forma de dispor seus cultivos em seu terreno e para permitir a migração ou habitat de biodiversidade valiosa.</p> <p>80% dos clientes da carteira estão monitorando o uso de águas subterrâneas até 2025. 100% dos clientes em áreas de alto estresse hídrico (definido pelo mapa de estresse hídrico da WWF-SA, atualizado trimestralmente) estão aplicando medidas de redução do uso de água.</p> <p>Metas de impacto: Total de hectares reservados para a biodiversidade: porcentagem de aumento anual em todo a carteira.</p> <p>Quando viável, a reserva de terras exclusivas para a biodiversidade (sem cercas) em terras adjacentes a Áreas Protegidas e Conservadas pode contribuir para a meta 30x30 da EPANB. Entretanto, esse tipo de meta pode ter impactos não intencionais sobre os Povos Indígenas e Comunidades Locais e, portanto, vale a pena considerar a inclusão de uma dimensão social nessas metas.</p> <p>Quantidade de água doce, uso evitado: % de redução anual em toda a carteira.</p> <p>Destacar as dependências nesses exemplos pode ajudar a formular metas ambiciosas, por exemplo, clientes engajados na proteção de bacias hidrográficas, restauração de áreas úmidas etc. (não apenas lidando com o impulsor do consumo de água). As metas de impacto também podem incluir isso - proteção e restauração de ecossistemas terrestres e de água doce para proteger as bacias hidrográficas, por exemplo.</p>

Banco hipotético e seus principais riscos/dependências/impactos na carteira	Exemplos de metas para lidar com os riscos/dependências/impactos identificados e oportunidades relacionadas
<p>Grande banco no Sudeste Asiático. Empréstimos a produtores e distribuidores de óleo de palma nas ilhas de Bornéu e Sumatra. Os ecossistemas são, em sua maioria, solos turfeiros degradados. Produtos de nicho destinados a cooperativas de pequenos agricultores que gerenciam cerca de 40% das plantações de palma na Indonésia e poderiam melhorar seus rendimentos por meio de técnicas agrícolas aprimoradas e sementes de melhor qualidade. Banco recebe apoio para redução de risco da IFC e de um governo doador, a fim de alcançar as cooperativas de pequenos proprietários mais remotas, promovendo a inclusão financeira e o desenvolvimento do mercado.</p> <p>O deslocamento histórico das comunidades locais em favor da introdução do óleo de palma, incluídos os pequenos agricultores, provocou a perda de práticas agrícolas tradicionais e de gerenciamento de ecossistemas.</p>	<p>Gerenciamento de riscos: Aplicação de política de direitos humanos e salvaguardas sociais apropriadas. Visão abrangente de todo o território acerca do desmatamento e da gestão do ecossistema.</p> <p>Engajamento do cliente: 100% dos novos clientes recebem treinamento gratuito em técnicas agrícolas sustentáveis e de aumento de produtividade. 100% dos clientes existentes recebem a oferta do treinamento e 60% dos clientes existentes o realizam até 2025.</p> <p>100% dos clientes novos e existentes recebem informações sobre a qualidade das sementes, via SMS.</p> <p>Metas de impacto: As considerações sociais devem ser primordiais: o estabelecimento de metas deve partir de uma abordagem de direitos humanos. Sugerir o uso de metas de prática apenas, para limitar o ônus do monitoramento e dos relatórios sobre as cooperativas de pequenos produtores.</p> <p>Taxas de desmatamento na região, monitoradas por meio de dados de sensoriamento remoto: interrompidas ou revertidas em 100% dos locais dos clientes.</p>

Banco hipotético e seus principais riscos/dependências/impactos na carteira	Exemplos de metas para lidar com os riscos/dependências/impactos identificados e oportunidades relacionadas
<p>Grande banco europeu envolvido em sindicatos de financiamento de projetos para o desenvolvimento de projetos de mineração de cobalto, lítio, zinco e manganês no oeste dos EUA e na África Central. Requisitos de conformidade com as leis nacionais e da UE. Opera em um ambiente de incerteza regulatória sobre as leis de conservação nos países em que os metais e minerais estão presentes. Esses países também são caracterizados por uma governança fundiária deficiente, conhecidas violações de direitos humanos, nenhuma definição precisa de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e alta biodiversidade terrestre, especialmente nas florestas.</p>	<p>Gestão de riscos: As salvaguardas e normas ambientais e sociais delineadas pelo ICMM são rigorosamente aplicadas. Acordo entre o país anfitrião e as partes interessadas sobre o CLPI.</p> <p>Engajamento do cliente: 100% dos clientes novos e existentes informados sobre salvaguardas expectativas, incluindo a aplicação dos Princípios do Equador e salvaguardas relacionadas. Monitoramento da biodiversidade e plano de ação nas instalações do cliente.</p> <p>100% dos novos contratos e renovações de clientes contêm cláusulas sobre padrões ambientais e sociais aplicáveis.</p> <p>60% dos clientes nas áreas ambientalmente mais sensíveis se comprometem a estabelecer metas baseadas na ciência para a natureza e/ou uma meta de ganho líquido de biodiversidade, conforme apropriado, ou a dar uma contribuição financeira para as Áreas Protegidas e Conservadas adjacentes, negociada com as partes interessadas.</p> <p>Metas de impacto: As taxas de desmatamento na região, monitoradas por meio de dados de sensoriamento remoto, são interrompidas ou revertidas em 100% dos locais dos clientes. Direitos e meios de subsistência de Povos Indígenas e Comunidades Locais respeitados e apoiados de acordo com políticas e planos de ação acordados em 100% dos locais dos clientes.</p>

7. Relatórios e transparência

À medida que os bancos começarem a compreender o nível de exposição de suas carteiras aos riscos e impactos relacionados à natureza e implementarem respostas por meio de ações e metas, eles devem ter como objetivo divulgar essas informações para dar transparência às partes interessadas. Essa divulgação é fundamental para acompanhar o progresso em relação às metas. Esta seção apresenta recomendações para a relatoria de questões e metas relacionadas à natureza, com base nas recomendações da TNFD e no modelo de autoavaliação do PRB, e inclui os principais indicadores a serem divulgados.

Relatórios sobre impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza⁴¹

A organização deve usar uma abordagem de relatoria adequada para apoiar a integração da avaliação na definição de uma resposta de mitigação. As respostas de mitigação devem incluir uma combinação de:

- Fortalecimento da liderança e da cultura organizacional para garantir que os riscos, as dependências, os impactos e as oportunidades relacionados à natureza sejam compreendidos e abordados nos negócios do banco;
- Salvaguardas aprimoradas;
- Políticas e/ou exclusões específicas para certos setores e/ou geografias que possam permitir a redução da exposição a setores de risco e geografias ou biomas sensíveis;
- Propostas para integrar a consideração de riscos relacionados à natureza no processo de avaliação de riscos dos clientes;
- Estratégia de engajamento, incluindo conscientização interna e desenvolvimento de capacidades, engajamento de clientes externos, bem como engajamento com reguladores e supervisores financeiros;
- Desenvolvimento de investimentos que sejam positivos para a natureza.

⁴¹ Correspondente à fase de "preparação" da abordagem LEAP da TNFD

Principais métricas para relatórios e divulgação sobre impactos e dependências e riscos e oportunidades relacionados à natureza

As métricas para a elaboração de relatórios para instituições financeiras sobre a análise dos impactos e dependências relacionados à natureza, além dos riscos e oportunidades, são [propostas](#) pela TNFD e, para os bancos estabelecidos na União Europeia, nas Normas Europeias de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS, na sigla em inglês) de E2 a E5, mas especialmente na E4, sobre biodiversidade e ecossistemas.⁴² No entanto, as ESRS são principalmente para operações próprias e não para a cadeia de valor e, portanto, podem não ser tão bem adaptadas ao setor bancário.

Em geral, um banco pode considerar o uso de:

- **Principais métricas globais da TNFD** para dependências, impactos, riscos e oportunidades, conforme adaptadas para instituições financeiras [no suplemento para o setor financeiro da guia da TNFD](#) (v1.0, publicada em setembro de 2023);
- **Métricas financeiras**, como o montante de financiamento fornecido a atividades com alta dependência, impacto, exposição setorial e/ou exposição geográfica e de biomas, bem como valores investidos em atividades com impactos positivos na natureza;
- **Métricas de composição de carteira**, como a porcentagem de financiamento direcionado a atividades com altos impactos e dependências sobre a natureza e o número de clientes que operam em setores de alto impacto/alta dependência, em geografias/biomas sensíveis, etc.;
- **Métricas de "resposta" relacionadas** às soluções desenvolvidas pela organização para responder às dependências, impactos, riscos e oportunidades identificados, em vários níveis da organização, tais como:
 - **Governança**, incluindo métricas que refletem a supervisão do Conselho sobre a exposição da instituição à natureza, que definam uma estrutura de prestação de contas e que mostrem divisão de responsabilidades dentro da organização;
 - **Estratégia**, incluindo métricas sobre o engajamento de clientes em temas de natureza, sobre o apoio em sua transição verde, sobre a adoção de políticas e salvaguardas, etc;
 - **Gerenciamento de riscos**, incluindo riscos, dependências e avaliação de impactos setoriais específicos, requisitos e exclusões, implementação de salvaguardas, etc.

Com o aumento da divulgação pelos clientes de informações solicitadas pela TNFD, se tornará possível divulgar mais métricas relacionadas aos impactos.

A TNFD também estabelece a priorização da avaliação e da divulgação de informações sobre certos lugares. São aqueles locais onde existem ativos e/ou atividades relacionadas às operações diretas, às cadeias de suprimentos (à montante e à jusante) e às atividades financiadas, e que sejam:

42 Para mais informações, veja Corporate Sustainability Reporting Directive - European Commission (europa.eu)

- Ecossistemas de alta integridade;
- Áreas de rápido declínio na integridade;
- Áreas de alta importância para a biodiversidade;
- Áreas de estresse hídrico;
- Áreas em que a organização tem dependências e/ou impactos significativos.

Os critérios recomendados para definir essas categorias estão descritos na [guia da TNFD](#). Se qualquer um dos critérios for atendido, o local deve ser considerado prioritário para avaliação e divulgação.

Os bancos também devem considerar a possibilidade de ampliar suas abordagens para clientes de pequeno e médio porte ou clientes em mercados emergentes, a fim de evitar a criação de barreiras ao financiamento onde o potencial de dano é mais limitado.

Relatórios dos PRB sobre metas relacionadas à natureza

Os signatários dos PRB que estabelecerem metas relacionadas à natureza devem relatá-las por meio da Seção 2.2 do [modelo](#) de relatório e autoavaliação dos PRB.

Especificamente, os bancos dos PRB devem divulgar:

- Alinhamento:** marcos de referência de políticas internacionais, regionais ou nacionais com as quais seu banco está se alinhando.
- Linha de base:** linha de base para indicadores selecionados e nível atual de alinhamento.
- Metas SMART (incluindo indicadores chave de desempenho):** meta detalhada e indicadores relacionados ao monitoramento do progresso em direção ao alcance da meta.
- Plano de ação:** ações, incluindo marcos e conquistas desejadas, que seu banco definiu para alcançar o conjunto de metas.

Referências

- Banco da França (2021). *Uma "Primavera Silenciosa" para o Sistema Financeiro? Explorando os riscos financeiros relacionados à biodiversidade na França*. Working Paper Series no. 826. Disponível em [A "Silent Spring" for the Financial System? Exploring Biodiversity-Related Financial Risks in France \(banque-france.fr\)](#).
- Banco Mundial (2023). Calice, P., Diaz, F., Dunz, K. N., & Miguel, F. *Biodiversidade e finanças: uma avaliação preliminar dos riscos físicos para o setor bancário em mercados emergentes (Policy Research Working Paper 10432)*. [Biodiversity and Finance: A Preliminary Assessment of Physical Risks for the Banking Sector in Emerging Markets](#).
- CDP (2022). O setor financeiro precisa reportar sobre os riscos de natureza e aqui está o porquê. Disponível em [The financial sector needs to report on nature risks, and here's why - CDP](#).
- CISL (2022). *Integrando a natureza: o caso para ação dos riscos financeiros relacionados à natureza*. Disponível em [Integrating Nature: The case for action on nature-related financial risks](#).
- CPIC (2023). Denke, D., Kiss, E., Prasad, A., Krilasevic, E., Ganesalingam, S., Berardo, K., & Pilkington, J. Construindo um *Continuum de Capital para Investimentos Positivos para a Natureza*. Disponível em [Building a Capital Continuum for Nature-Positive Investments-clean \(cpic-finance.com\)](#).
- Dasgupta, P. (2019). *A economia da biodiversidade: o relatório Dasgupta*. HM Treasury. Última atualização: 14 de junho de 2021. Disponível em [Final Report-The Economics of Biodiversity](#).
- De Nederlandsche Bank (DNB). (2020). *Endividado com a Natureza: Explorando Riscos de Biodiversidade para o Setor Financeiro dos Países Baixos*. Disponível em [Indebted to nature](#).
- Elderson, F. (2023). *A economia e os bancos precisam da natureza para sobreviver*. Blogue do BCE. Frankfurt am Main. Disponível em [The economy and banks need nature to survive \(europa.eu\)](#).
- Fórum Econômico Mundial (2020a). *Aumento do risco de natureza: Porque a crise que envolve a natureza é importante para os negócios e para a economia*. Disponível em [Nature Risk Rising: Why the Crisis Engulfing Nature Matters for Business and the Economy | World Economic Forum \(weforum.org\)](#)
- Fórum Econômico Mundial (2020b). *Relatório II sobre a Nova Economia da Natureza: O Futuro da Natureza e dos Negócios*. Em colaboração com AlphaBeta. Disponível em [WEF_The_Future_Of_Nature_And_Business_2020.pdf \(weforum.org\)](#)

Fórum Econômico Mundial (2022c). *Relatório de Riscos Globais 2022*. Disponível em [The Global Risks Report 2022](#).

Iniciativa Financeira do PNUMA (2022). *Protocolo de Impacto*. Disponível em [UNEP-FI-Impact-Protocol](#)

Irvine-Broque, A., & Dempsey, J. (2023). Negócio arriscado: Protegendo a natureza, protegendo a riqueza? *Conservation Letters*. doi:10.1111/conl.12969. Disponível em [Risky business: Protecting nature, protecting wealth? | Semantic Scholar](#).

IPBES-IPCC (2021). *Relatório do Seminário sobre Biodiversidade e Mudanças Climáticas*. Disponível em [IPBES-IPCC Co-Sponsored Workshop Report on Biodiversity and Climate Change](#).

Maron, M., Quétier, F., Sarmiento, M. et al. (2023). O 'positivo para a natureza' deve incorporar, e não minar, a hierarquia de mitigação. *Nat Ecol Evol*. Disponível em 'Nature positive' must incorporate, not undermine, the mitigation hierarchy.

Muller, S., & Robins, N. (2022). *Natureza Justa: Como as finanças podem apoiar uma transição justa na interface de ação entre clima e biodiversidade*. Instituto de Pesquisa Grantham. Disponível em [Just_Nature_How_finance_can_support_a_just_transition_at_the_interface_of_action_on_climate_and_biodiversity.pdf \(lse.ac.uk\)](#).

NGFS (2023). *Riscos Financeiros Relacionados à Natureza: Um Marco de Referência Conceitual para Orientar a Ação dos Bancos Centrais e Supervisores*. Disponível em [NGFS Conceptual Framework to Guide Action by Central Banks and Supervisors](#).

PNUMA, Iniciativa Financeira do PNUMA e Global Canopy (2020). *Além dos Negócios Usuais: Metas de biodiversidade e finanças. Gerenciando riscos de biodiversidade em todos os setores de negócios*. Disponível em [Beyond 'Business as Usual': Biodiversity targets and finance](#).

PNUMA e Economics of Land Degradation (ELD) (2022). *Estado das Finanças para a Natureza em 2022: Hora de Agir - Duplicar o investimento até 2025 e eliminar os fluxos financeiros negativos para a natureza*. Disponível em [State of Finance for Nature 2022](#)

PNUMA (2023). *Towards a Robust Measurement of Business Dependencies on Nature (Rumo a uma medição robusta das dependências comerciais da natureza)*. Disponível em [UNEP-WCMC Resources](#)

PwC e WWF (2020). *A natureza é grande demais para falir: Biodiversidade, a próxima fronteira na gestão de riscos financeiros*. Disponível em [Nature is too big to fail | WWF \(panda.org\)](#).

PwC (2023). *Gerenciando riscos de natureza: Da compreensão à ação*. Disponível em [Managing nature risks: From understanding to action](#).

Richardson, K., et al. (2023). *A Terra além de seis dos nove limites planetários*. Disponível em [Earth beyond six of nine planetary boundaries | Science Advances](#).

Rockström, J., Gupta, J., Qin, D. et al. (2023). *Limites seguros e justos do sistema terrestre*. *Nature* 619, 102-111. Disponível em [Safe and just Earth System Boundaries | Nature](#).

SBTN (2023). *Entre em ação - Definindo metas baseadas na ciência para a natureza: um guia passo a passo*. Disponível em [What you can do now – Science Based Targets Network](#).

Secretariado da CDB (2022). *Guia para revisão ou atualização das Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade para alinhamento com o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal*. Anexo I. Disponível em [Annex 1 \(NBSAP guidance\) \(cbd.int\)](#).

TNFD (2023). *Guia Setorial: Guia adicional para instituições financeiras*. Versão 1.0. Disponível em [Guidance_for_Financial_Institutions_v1.pdf \(tnfd.global\)](#).

TNFD (2023). *Recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza*. Disponível em: [Recommendations of the Taskforce on Nature-related Financial Disclosures](#).

TNFD (2023). *Orientação sobre a identificação e avaliação de dependências, impactos, riscos e oportunidades relacionados à natureza: A abordagem LEAP*. Versão 1.0. Disponível em [Guidance on the identification and assessment of nature-related issues: the LEAP approach – TNFD](#).

TNFD (2023). *Orientação sobre o engajamento com povos indígenas, comunidades locais e partes interessadas afetadas*. Disponível em [Guidance on engagement with Indigenous Peoples, Local Communities and affected stakeholders](#).

Anexo

Recursos adicionais	
Além dos Negócios Usuais: Metas de biodiversidade e finanças. Gerenciando riscos de biodiversidade em todos os setores de negócios (Iniciativa Financeira do PNUMA e Global Canopy 2020)	Este relatório destaca a necessidade urgente de ação do setor financeiro em relação à biodiversidade. Ele permite que as instituições financeiras tenham uma noção de onde estão os maiores riscos em suas atividades atuais, a fim de apoiar na definição de suas metas.
A atividade bancária e a natureza: O que o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal significa para os bancos responsáveis (Iniciativa Financeira do PNUMA 2023)	Este documento oferece aos bancos uma primeira visão geral de como o Marco Global da Biodiversidade se aplica ao setor, por meio dos eixos de riscos, oportunidades, dependências e impactos. Ele ilustra as atividades necessárias em cada departamento do banco para responder plenamente ao GBF.
Intensificando a Biodiversidade: O que o trabalho do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal significa para os investidores responsáveis (Iniciativa Financeira do PNUMA, PRI e Finance for Biodiversity Foundation 2023)	Este relatório oferece uma visão geral sobre objetivos do GBF e recomendações de como os investidores devem implementá-los. Ele apoia os investidores no gerenciamento dos riscos associados e na preparação para os desenvolvimentos previstos nas políticas.
Roteiro geral para o alinhamento dos fluxos financeiros com o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (Iniciativa Financeira do PNUMA, CDB, PNUD, Banco Mundial, Finance for Biodiversity Foundation e Finance Montréal 2023)	O documento apresenta uma visão geral das principais implicações do Marco Global da Biodiversidade para as finanças e os papéis que os formuladores de políticas, supervisores financeiros e instituições financeiras podem e devem desempenhar para contribuir com a implementação bem-sucedida do GBF
Comunidade de Natureza dos PRB⁴³	Essa plataforma de aprendizado ajuda os signatários a desenvolver conhecimentos e capacidades por meio de sessões virtuais interativas e de materiais de fácil compreensão.

43 Se o seu banco estiver interessado em participar, entre em contato com seu ponto focal dos PRB.



A Iniciativa Financeira do PNUMA reúne uma grande rede de bancos, seguradoras e investidores que, coletivamente, catalisam ações em todo o sistema financeiro para proporcionar economias globais mais sustentáveis. Por mais de 30 anos, a iniciativa vem conectando a ONU com instituições financeiras de todo o mundo para moldar a agenda de finanças sustentáveis. Estabelecemos os marcos de referência de sustentabilidade mais importantes do mundo, que ajudam o setor financeiro a abordar desafios globais ambientais, sociais e de governança (ASG).

unepfi.org

unepfi.org

info@unepfi.org

[/UNEPFinanceInitiative](#)

[UN Environment Programme Finance Initiative](#)

[@UNEP_FI](#)